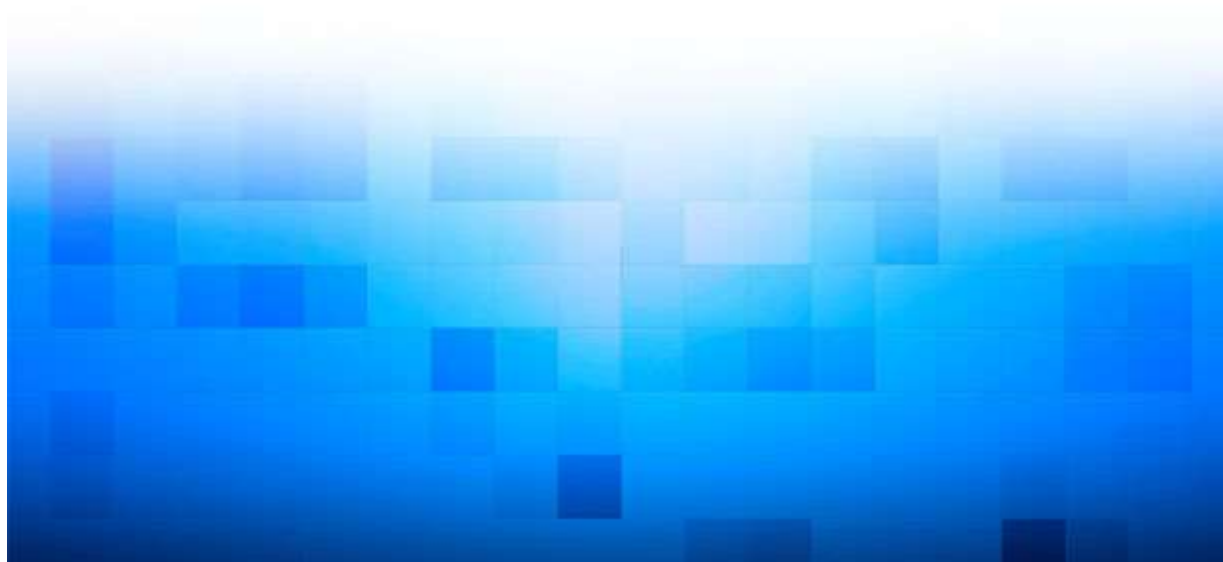




RAINT 2014

AUDITORIA INTERNA DO INSS

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	2
3. DAS AÇÕES DE AUDITORIA PREVISTAS E REALIZADAS	4
3.1 RESUMO PAINT 2014.....	5
4. DAS AÇÕES DE AUDITORIA DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO	7
4.1. AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO	13
4.2. AÇÕES DE AUDITORIA DE RISCO LOCAL E ESPECIAL	15
4.2.1 Ações Ordinárias de Risco Local.....	15
4.2.2 Ações Especiais.....	17
4.3. NOTAS TÉCNICAS EMITIDAS	18
5. METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2014	20
5.1. DEMONSTRATIVO DE AÇÕES CONCLUÍDAS POR UNIDADE DE AUDITORIA NO SISTEMA	22
6. REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO, PELA ENTIDADE, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES EFETUADAS PELOS ÓRGÃOS CENTRAL E SETORIAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	25
6.1. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ORIUNDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO (TCU).....	25
6.2. RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU	27
6.3. RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA	28
6.4. AÇÕES RELATIVAS ÀS DEMANDAS DA OUVIDORIA.....	29
6.5. DENÚNCIAS ENCAMINHADAS PELA OUVIDORIA À AUDITORIA	30
6.6. DENÚNCIAS ENCAMINHADAS PELA CGU À AUDITORIA	31
7. RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS	32
7.1. DAS METAS PREVISTAS NO PAINEL DE DESEMPENHO E PLANO DE AÇÃO DO INSS – PAGINA DO INSS.....	32
7.1.1 Painel de Desempenho.....	33
7.1.2 Indicadores do Plano de Ação 2014.....	34
7.4. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	40
7.5. AÇÕES GOVERNAMENTAIS	40
7.6. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS	43
7.7. FRAGILIDADES IDENTIFICADAS	43
7.7.1 Resultados Financeiros.....	47
8. APERFEIÇOAMENTO NOS CONTROLES ADMINISTRATIVOS DA ENTIDADE..	48
8.1. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS.....	50
8.2. VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL.....	50





PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

9. FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL OCORRIDOS NA ENTIDADE COM IMPACTO SOBRE A AUDITORIA INTERNA.....	52
10. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA.....	60
11. INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	62
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64



1. Introdução

Em conformidade com o que dispõem as Instruções Normativas nº 07, de 29/12/2006, da Controladoria-Geral da União (CGU) e nº 01, de 03/01/2007, da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), a Auditoria-Geral do INSS apresenta o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) referente ao exercício de 2014.

Este Relatório tem o propósito de registrar as atividades realizadas, as quais foram previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2014. Além destas atividades, este documento apresenta, também, a execução de ações especiais ou não planejadas, e ainda, ações realizadas de forma compartilhada com a CGU, que exigiram atuação da Auditoria Interna, como também ações de desenvolvimento institucional e de fortalecimento da Auditoria Interna.

As ações de auditoria realizadas tiveram por intuito reconhecer falhas e riscos e mitigar as chances de que problemas se potencializem no futuro, com o propósito de agregar valor à gestão, avaliando de forma objetiva e baseada em evidências, os mecanismos de controle interno quanto à eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, contribuindo com a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados, resguardando os interesses da instituição.

Na forma prevista nos normativos, o Relatório apresenta a seguinte estrutura:

- Ações de auditoria realizadas e concluídas no exercício de 2014;
- Cumprimento, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), das determinações originárias do Tribunal de Contas da União (TCU), das recomendações oriundas da Controladoria-Geral da União (CGU), das recomendações formuladas pela Auditoria Interna, e do tratamento dado às demandas da Ouvidoria, bem assim das demais denúncias recebidas diretamente pelo Órgão;
- Relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais do INSS, com base nos trabalhos realizados pela Auditoria;
- Fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a Auditoria Interna;
- Desenvolvimento institucional e capacitação da Auditoria Interna; e
- Realização de ações de fortalecimento da Auditoria Interna.

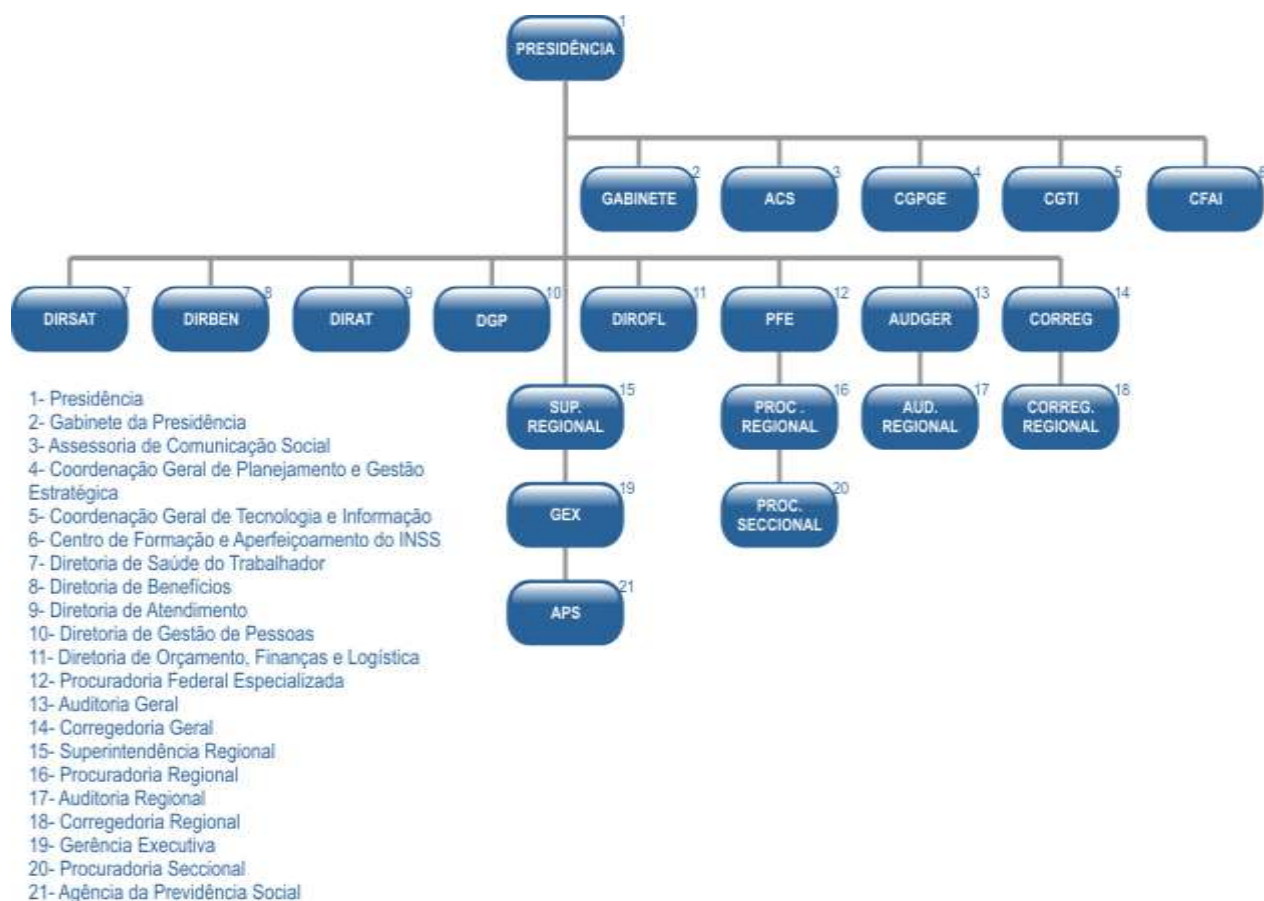
Os anexos listados, a seguir, acompanham o Relatório em meio digital:

- I. Determinações e Recomendações do Órgão de Controle Externo;
- II. Recomendações da Controladoria-Geral da União;
- III. Recomendações Estratégicas da Auditoria Interna;
- IV. Denúncias encaminhadas pela Ouvidoria à Auditoria;
- V. Denúncias encaminhadas pela CGU à Auditoria;
- VI. Resumo dos Processos de Licitação avaliados; e
- VII. Consistência da Folha de Pagamento de Pessoal.

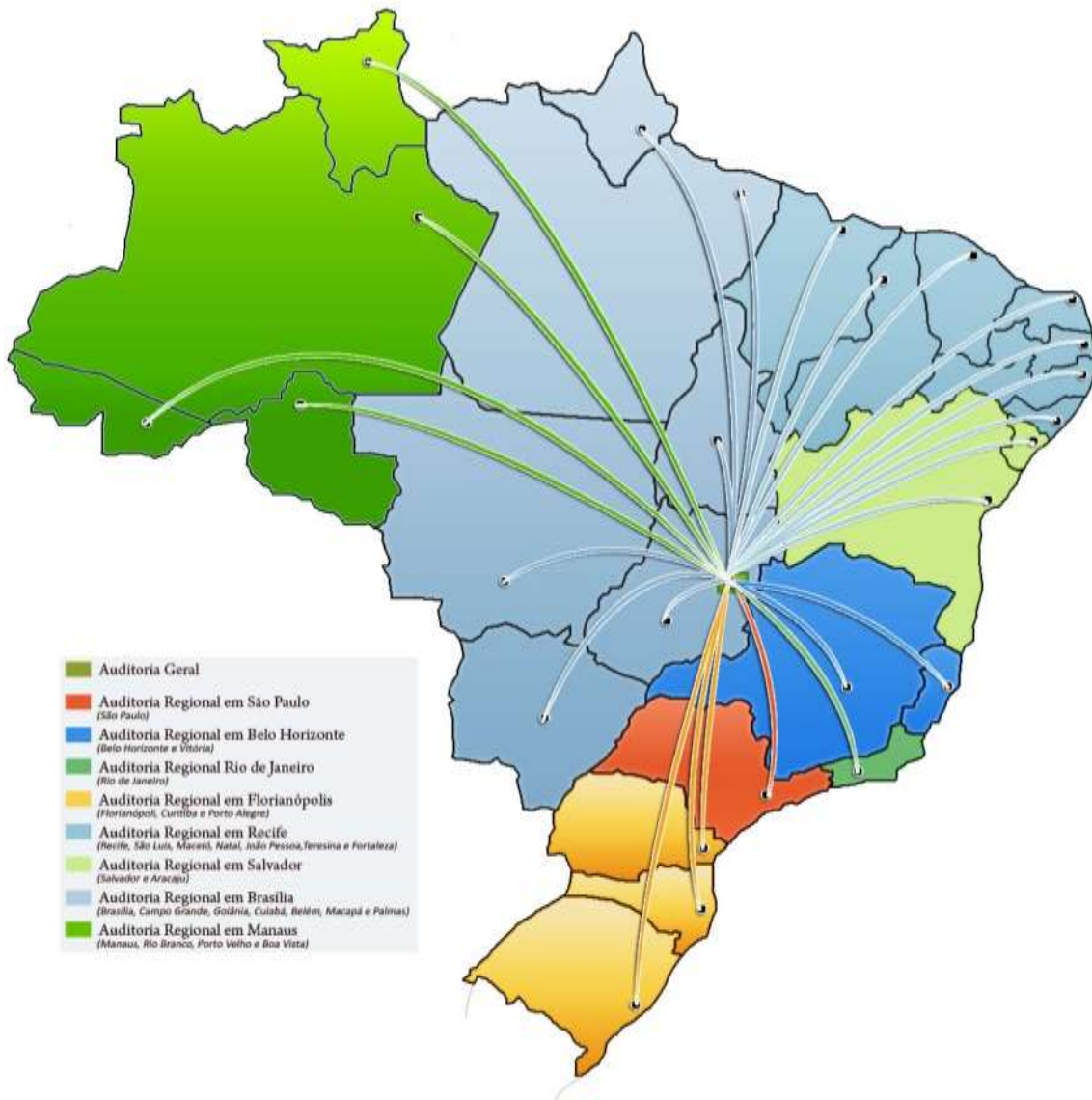


2. Identificação da Unidade

A Auditoria interna do INSS, situada no Edifício sede da Administração Central, no Setor de Autarquia Sul (SAS), Quadra 2, Bloco “O”, Brasília-DF, é um Órgão Seccional na estrutura organizacional da Instituição, e se encontra subordinada à Presidência, conforme Organograma.



Tem por competência regimental, dentre outras, planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, identificando e avaliando riscos, recomendando ações preventivas e corretivas aos órgãos e unidades descentralizadas, em consonância com o modelo de gestão por resultados, compondo sob circunscrição 08 (oito) projeções Regionais, localizadas em São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, Florianópolis/SC, Recife/PE, Salvador/BA, Brasília/DF e Manaus/AM.



3. Das Ações de Auditoria Previstas e Realizadas

Cumprindo as competências regimentais e em estreita consonância com o Planejamento Estratégico do INSS, a Auditoria Interna desenvolveu as atividades aprovadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2014. As ações realizadas guardaram conformidade com as necessidades do Instituto, abrangendo os aspectos relacionados à relevância, e materialidade e ainda, temas de caráter crítico para a administração, com maior probabilidade de ocorrência de desvio de normalidade e também, com os apontamentos registrados pelos órgãos de controle interno e externo.

O PAINT contemplou a programação de auditorias na Administração Central e em todas as Superintendências, Gerências-Executivas, incluindo, conforme o caso, as Agências da Previdência Social, levando em consideração os recursos materiais, tecnológicos e humanos necessários para a realização das competências técnicas (conhecimento, habilidade e atitude) e os requisitos dispostos em normativos provenientes dos órgãos reguladores e dos órgãos de controle interno e externo, e ainda, os padrões de trabalho de auditoria estabelecido no Manual de Auditoria Interna (MAI).

Foram planejadas 22 (vinte e duas) auditorias ordinárias, divididas em atividades desenvolvidas nas áreas finalística e de apoio à administração, envolvendo as áreas de gestão de pessoas, logística, contabilidade, reconhecimento de direitos, pagamento, perícia médica, tecnologia da informação e atendimento, com o propósito de realizar em âmbito nacional, 590 (quinhentos e noventa) ações contando com a participação de servidores em exercício na administração central e projeções regionais de auditoria.

Em síntese, os resultados apresentam-se da seguinte forma:

- a) 17 trabalhos de auditorias concluídos;
- b) 3 trabalhos de auditorias em andamento;
 - Macroação nº. 09 - Auditoria no Processo de Gestão das Unidades do INSS - prevista para finalizar em abril/2015, em decorrência de incremento na referida Ação, quando da inclusão de atividades desenvolvidas nas Agência da Previdência Social.
 - Macroação nº. 14/2014 - Avaliação da Qualidade das Informações do CNIS - contemplada no PAINT/2013, encontrando-se em fase de pré-auditoria, conjuntamente com a Controladoria-Geral da União.
 - Macroação nº. 15/2014 - Auditoria nas Ações de Auxílio-Doença Previdenciário e Acidentário - Auxílio-Reclusão - compartilhada com a Controladoria-Geral da União - CGU, contemplando os níveis operacional, tático e estratégico. Teve início em 2013 e atualmente encontra-se em execução.
- c) 1 trabalho de auditoria cancelado;
 - Macroação nº. 08 - Auditoria no Portal CNIS – cancelada, considerando a execução da Macroação nº. 14/2014, que também trata do CNIS;

d) 1 trabalho de auditoria sobrestado.

- Macroação nº. 07 - Auditoria no Sistema Integrado de Benefícios - SIBE - está sobrestada pelo fato do Piloto do Sistema ter apresentado dificuldades operacionais e necessidade de melhoria de infraestrutura, e, em consequência, não operacionalizado por decisão conjunta DATAPREV/INSS;

As Ações desenvolvidas, em âmbito regional, classificadas em ordinárias de Risco Local, foram deflagradas conforme as demandas regionais existentes, precedentes de planejamento e posterior aprovação no âmbito da Auditoria Geral, e totalizaram no exercício 4 (quatro) ações realizadas nas unidades descentralizadas do INSS.

As Ações Especiais realizadas, que atenderam demandas internas e denúncias registradas somaram 02 (duas).

Das auditorias realizadas, registra-se a conclusão de 628 (seiscentos e vinte e oito) ações.

O Quadro resumo (a seguir) enfatiza as Ações desenvolvidas e o respectivo cronograma de execução, em cumprimento ao PAINT/2014:

3.1 Resumo PAINT 2014

Tabela I – Trabalhos de Auditoria/Cronograma de Execução

Ação	Descrição	Cronograma de Execução - Meses: Janeiro a Dezembro/2014												Conclusão
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
1	Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Instituições Financeiras para Pagamento de Benefícios	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Novembro/2014
2	Auditoria no Processo de Gestão dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
3	Auditoria na Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
4	Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
5	Auditoria nos Processos de Gestão de Pessoas do INSS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
6	Auditoria Contínua na Gestão de Orçamento, Finanças e Contabilidade	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
7	Auditoria no Sistema Integrado de Benefícios – SIBE	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Sobrestada
8	Auditoria no Portal CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Cancelada
9	Auditoria no Processo de Gestão das Unidades do INSS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Em execução



Ação	Descrição	Cronograma de Execução - Meses: Janeiro a Dezembro/2014												Conclusão
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
10	Auditoria no processo de atualização cadastral dos beneficiários da Previdência Social	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
11	Auditoria Contínua no Processo de Pagamento Alternativo de Benefícios - (PAB) e Crédito Diário	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
12	Auditoria Contínua no Processo da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social - RGPS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
13	Avaliação da Adequabilidade do Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador da Previdência Social	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
14	Avaliação da Qualidade das Informações do CNIS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Compartilhada com a CGU
15	Auditoria nas Ações de Auxílio-Doença Previdenciário e Acidentário - Auxílio Reclusão	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Compartilhada com a CGU
16	Auditoria de Acompanhamento da Gestão do INSS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Abril/2014
17	Ação de Acompanhamento do Acórdão Nº 2812/2009 – TCU – Plenário e Acórdão Nº 2367/2013 –TCU – Plenário	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
18	Ação de Acompanhamento do Acórdão Nº 715/2012 – TCU – Plenário	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
19	Ação de Acompanhamento do Acórdão Nº 666/2013 – TCU – Plenário	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
20	Acompanhamento de outros Acórdãos não mencionados anteriormente	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
21	Ação de Acompanhamento da Gestão de Imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014
22	Ação de Acompanhamento das recomendações do Plano de Providências Permanente (PPP) de 2014 e dos exercícios anteriores	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Dezembro/2014

4. Das Ações de Auditoria Desenvolvidas no Exercício

Tabela II – Trabalhos de Auditoria N^{os} 01 a 22

Ação nº01/2014	Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Instituições Financeiras para Pagamento de Benefícios
Área	Orçamento, Finanças e Logística.
Unidades	Administração Central do INSS, Superintendências Regionais e Gerências Executivas.
Escopo	A Ação de Auditoria contemplou avaliação e cruzamento dos registros de dados constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Sistema de Controle Financeiro – SCF e do Sistema de Controle do Monitoramento Operacional de Benefícios – CMOBEN, referentes ao exercício de 2014 e análise documental dos processos de cobrança decorrentes do Relatório da Controladoria-Geral da União - CGU relativos aos pagamentos indevidos de benefícios pós-óbito. Foram avaliados os contratos vigentes entre o INSS e as Instituições Financeiras, abrangendo o fluxo de operações do provisionamento, remuneração e acerto de contas, assim como as obrigações previstas em cláusulas contratuais. A ação avaliou os controles e os procedimentos no âmbito da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Maior a novembro de 2014.
Recursos Humanos	04 Servidores

Ação nº 02/2014	Auditoria no Processo de Gestão dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações
Área	Licitações, Contratos e Tecnologia da Informação.
Unidades	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)
Escopo	A Ação de Auditoria contemplou a avaliação dos controles internos e procedimentos na gestão do contrato nº 106/2012 firmado entre o INSS e a DATAPREV a partir do 1º Termo Aditivo, englobando análise dos Serviços e Sistemas constantes dos Anexos 10.2-Catálogo de Serviços e 10.3-Catálogo de Sistemas, a seguir relacionados, abrangendo a avaliação da utilização, qualidade da informação, número de usuários cadastrados e custos envolvidos (Anexo 10.5 - Quantidades Contratadas - INSS - Contrato nº 106/2012).
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Abril a dezembro de 2014
Recursos Humanos	02 Servidores

Ação nº 03/2014	Auditoria na Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS
Área	Licitações, Contratos e Engenharia
Unidades	Gerências Executivas e Agências da Previdência Social
Escopo	A execução desta ação contemplou a avaliação dos processos de construções e reformas verificando a conformidade à legislação e normas técnicas vigentes, a economicidade, a aderência às metas de ampliação e modernização da rede de atendimento e a existência de mecanismos de controles adequados. Foram analisados os processos de contratação desde o planejamento até a execução do objeto, em amostras selecionadas em âmbito da circunscrição das cinco Superintendências Regionais.
Total de Ações	23
Cronograma Executado	Fevereiro a dezembro de 2014.
Recursos Humanos	18 Servidores

Ação nº 04/2014	Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada
Área	Recursos Logísticos
Unidades	Coordenação-Geral de Licitações de Contratos (DC), Superintendências Regionais e Gerências-Executivas
Escopo	Examinaram-se os processos de gestão de contratações dos serviços de limpeza, vigilância (convencional e eletrônica) e de manutenções predial, de ar-condicionado e elevadores, serviços de copeiragem e locação de veículos, destinados às Superintendências Regionais e Gerências Executivas e unidades jurisdicionadas. Consistiu da análise física dos processos, assim como na avaliação dos serviços prestados e o acompanhamento e fiscalização pelo representante da Administração. Registram-se também, as atividades de monitoramento previstas no Plano de Trabalho, desenvolvidas por meio de acompanhamento dos registros nos sistemas.
Total de Ações	108 ações de natureza contínua e 25 de conformidade/operacional
Cronograma Executado	Janeiro a dezembro de 2014.
Recursos Humanos	18 Servidores

Ação nº 05/2014	Auditoria nos Processos de Gestão de Pessoas do INSS
Área	Gestão de Pessoas
Unidades	Administração Central, Superintendências Regionais e Gerências-Executivas
Escopo	<p>A Ação de Auditoria consistiu na avaliação dos controles internos instituídos nos procedimentos operacionais adotados na gestão do cadastro dos servidores, nas concessões e nos respectivos pagamentos e/ou descontos em ficha financeira do servidor em Auxílio-Transporte e Reposição ao Erário, para atestar se são suficientes à prevenção ou detecção de erros ou falhas, evitando o mau uso dos recursos públicos.</p> <p>Os trabalhos foram realizados por meio de testes, análises em processos administrativos, cadastro de servidores, nas suas correspondentes fichas financeiras e informações/dados levantados em órgãos e/ou sites de consulta para identificação de percursos, quilometragens, tempos aproximados nos percursos.</p>
Total de Ações	30
Cronograma Executado	Abril a dezembro de 2014.
Recursos Humanos	17 Servidores

Ação nº 06/2014	Auditoria Contínua na Gestão de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Área	Orçamento, Finanças e Contabilidade
Unidades	Superintendências Regionais e Gerências-Executivas
Escopo	<p>Foram verificados os registros contábeis existentes no Sistema Integrado de Informações Financeiras do Governo Federal – SIAFI, relativamente às contas contábeis consideradas críticas e que pudessem acarretar inconsistências contábeis e possíveis prejuízos à administração.</p> <p>As ações foram realizadas nas unidades gestoras do INSS por meio do cotejamento dos registros existentes no SIAFI com as informações constantes da documentação comprobatória que deu suporte à escrituração do registro contábil.</p>
Total de Ações	21
Cronograma Executado	Abril a dezembro de 2014.
Recursos Humanos	17 Servidores

Ação nº 07/2014	Auditoria no Sistema Integrado de Benefícios - SIBE
Área	Benefícios/Sistemas
Unidades	Administração Central
Escopo	<p>Avaliação dos módulos do SIBE que estejam disponíveis em ambiente de produção no período que compreende o planejamento da ação, a fim de que sejam verificados os aspectos relacionados a documentação, regras de negócio e fluxo de processo de reconhecimento automático de direito, monitoramento e simulações de cálculos, utilizando critérios de ergonomia, acessibilidade e usabilidade do sistema, bem como a avaliação do desempenho do sistema nas APS a serem selecionadas para constituição de amostra, incluindo nesta avaliação a identificação de possíveis dificuldades referentes a capacitação e suporte para operacionalização dos módulos do sistema.</p>
Total de Ações	-
Cronograma Executado	<u>Sobrestada</u>
Recursos Humanos	03 servidores

Ação nº 08/2014	Auditoria no Portal CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
Área	Benefícios
Unidade	Agências da Previdência Social
Escopo	Exame dos controles instituídos e das regras de negócio do Portal CNIS, confrontando-as com os registros inseridos/alterados pelas Agências da Previdência Social com os documentos apresentados pelos interessados, empregados/contribuintes individuais.
Total de Ações	-
Cronograma Executado	<u>Cancelada</u>
Recursos Humanos	09 servidores

Ação nº 09/2014	Auditoria no Processo de Gestão das Unidades do INSS
Área	Benefícios/Atendimento
Unidade	Agências da Previdência Social
Escopo	Acompanhamento em Agências da Previdência Social - APS - selecionadas - dos atendimentos não agendáveis/não agendados, que representam aproximadamente 75% dos serviços prestados.
Total de Ações	69
Cronograma Executado	Maio de 2014 a abril de 2015 - em execução.
Recursos Humanos	16 servidores

Ação nº 10/2014	Auditoria no processo de atualização cadastral dos beneficiários da Previdência Social
Área	Benefícios/Cadastro
Unidades	Gerências Executivas
Escopo	Avaliação da manutenção dos benefícios ativos com cadastro incompleto e/ou inconsistente, tomando como base as MACIÇA/fevereiro/2014, julho/2014 e setembro/2014, com amostras obtidas através de filtros nas Bases de Dados da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social, e também, do confrontamento com outras bases de dados internas e externas.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Maio a dezembro de 2014
Recursos Humanos	03 servidores

Ação nº 11/2014	Auditoria Contínua no Processo de Pagamento Alternativo de Benefícios (PAB) e Crédito Diário
Área	Benefícios
Unidades	Gerências Executivas
Escopo	Análise dos Pagamentos Alternativos de Benefícios – PAB e Créditos Diários autorizados, selecionados por meio de extrações na base de dados do PAB, com a utilização da ferramenta <i>Audit Command Language (ACL)</i> , de acordo com trilhas pré-definidas, a fim de identificar, tempestivamente, possíveis

	erros operacionais e pagamentos indevidos, bem como, a não observância das normas com o objetivo de evitar prejuízos ao erário. Ressaltamos que os dados foram consolidados até outubro de 2014.
Total de Ações	105
Cronograma Executado	Janeiro a Dezembro de 2014
Recursos Humanos	30 servidores

Ação nº 12/2014	Auditoria Contínua no Processo da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social - RGPS
Área	Benefícios/Folha
Unidades	Gerência Executivas
Escopo	Exame das acumulações de benefícios a um mesmo beneficiário, pagamentos em duplicidade e manutenção de benefícios com suspeita de ocorrência de óbito, de forma sistemática e contínua, por meio de cruzamentos periódicos das bases de dados MACIÇA X SISOBIX SIM X CONCESSÃO DIÁRIA, utilizando a ferramenta <i>Audit Command Language (ACL)</i> , de acordo com trilhas pré-definidas, para fins de identificação tempestiva, de possíveis irregularidades. Ressaltamos que os dados foram consolidados até outubro de 2014.
Total de Ações	105
Cronograma Executado	Janeiro a Dezembro de 2014
Recursos Humanos	27 servidores

Ação nº 13/2014	Avaliação da Adequabilidade do Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador da Previdência Social
Área	Saúde do Trabalhador (4º Ciclo Auditorial do Programa Plurianual de Auditoria 17/2011)
Unidades	Gerências Executivas
Escopo	Avaliação da adequabilidade do Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador - SST da Perícia Médica, da Reabilitação Profissional e do Serviço Social de 25 (vinte e cinco) Gerências-Executivas pré-selecionadas, considerando as atividades previstas no Regimento Interno.
Total de Ações	26
Cronograma Executado	Fevereiro a Dezembro de 2014
Recursos Humanos	12 servidores

Ação nº 14/2014	Avaliação da Qualidade das Informações do CNIS
Área	Benefícios/CNIS - Esta Ação foi contemplada no PAINT/2013 e encontra-se em fase de pré-auditoria, conjuntamente com a CGU/DPPAS.
Unidade	Administração Central
Escopo	Avaliação dos mecanismos e instrumentos de controle implementados no âmbito dos processos gerenciais relacionados ao CNIS, sua adequação e o grau de razoabilidade nos aspectos de segurança, confiabilidade, integridade e fidedignidade das informações nele contidas.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Em Execução



Recursos Humanos	10 servidores
------------------	---------------

Ação nº 15/2014	Auditoria nas Ações de Auxílio-Doença Previdenciário e Acidentário – Auxílio Reclusão
Área	Benefícios Este trabalho está sendo realizado conjuntamente com a CGU/DPPAS, contemplando os níveis operacional, tático e estratégico. Teve seu início em 2013 e atualmente encontra-se em execução no nível tático.
Unidade	Gerências-Executivas e Diretoria de Saúde do Trabalhador
Escopo	Avaliação/fiscalização nas Agências da Previdência Social – APS dos aspectos referentes à: adequação do fluxo de atendimento; formalização da documentação necessária à concessão; adequação da infraestrutura física das salas de perícia médica; adequação e condição de equipamentos e mobiliário considerados essenciais para a realização da perícia médica; cumprimento da carga horária pelos peritos médicos; existência de controles sobre o cumprimento efetivo da agenda SABI e das atividades extra-agenda; e qualidade dos Laudos Periciais Médicos – LPM.
Total de Ações	41
Cronograma Executado	Em Execução
Recursos Humanos	14 Servidores

4.1. Ações de Acompanhamento

Tabela V – Trabalhos de Auditoria - Ações de Acompanhamento

Ação nº 16/2014	Auditoria de Acompanhamento da Gestão do INSS
Área	Planejamento e Gestão Estratégica, Orçamento, Finanças e Logística, Atendimento, Benefícios, Saúde do Trabalhador, Gestão de Pessoas, Procuradoria e Corregedoria
Unidade	Administração Central do INSS
Escopo	Os trabalhos consistiram na avaliação da gestão de forma abrangente, enfatizando os resultados do exercício e sua convergência aos objetivos institucionais, os aspectos qualitativos e quantitativos associados às ações governamentais, assim como a avaliação dos controles com base nos trabalhos desenvolvidos pela auditoria interna.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Fevereiro a abril de 2014
Recursos Humanos	08 Servidores

Ação nº 17/2014	Ação de Acompanhamento do Acórdão Nº 2812/2009 – TCU – Plenário e Acórdão Nº 2367/2013 – TCU – Plenário
Área	Benefícios
Unidades	Administração Central do INSS.
Escopo	A ação consistiu no acompanhamento quanto ao cumprimento das determinações e atendimento das recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), relativas à identificação de inconsistências no Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (SISOBI).
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Janeiro a dezembro de 2014
Recursos Humanos	02 Servidores

Ação nº 18/2014	Ação de Acompanhamento do Acórdão Nº 715/2012 – TCU – Plenário
Área	Benefícios
Unidades	Administração Central do INSS
Escopo	A ação consistiu no acompanhamento quanto ao cumprimento das determinações e recomendações referentes ao Acórdão Nº. 715/2012 – TCU – Plenário.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Janeiro a dezembro de 2014
Recursos Humanos	02 Servidores

Ação nº 19/2014	Ação de Acompanhamento do Acórdão Nº 666/2013 – TCU – Plenário
Área	Benefícios
Unidades	Administração Central do INSS
Escopo	A ação consistiu no acompanhamento quanto ao cumprimento das determinações e recomendações referentes ao Acórdão Nº 666/2013 – TCU – Plenário.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Janeiro a dezembro de 2014
Recursos Humanos	02 servidores



Ação nº 20/2014	Acompanhamento de outros Acórdãos não mencionados anteriormente
Área	Planejamento e Gestão Estratégica, Orçamento, Finanças e Logística, Atendimento, Benefícios, Saúde do Trabalhador, Gestão de Pessoas, Procuradoria e Corregedoria
Unidades	Administração Central, Superintendências Regionais e Gerências Executivas
Escopo	Consistiu do acompanhamento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), promovendo, junto às áreas demandadas, a cobrança das soluções adotadas, informando posteriormente aos órgãos de controle, as ações de atendimento aos mesmos
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Janeiro a dezembro de 2014
Recursos Humanos	06 servidores

Ação nº 21/2014	Ação de Acompanhamento da Gestão de Imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS
Área	Patrimônio Imobiliário
Unidades	Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística
Escopo	Consistiu do acompanhamento quanto ao atendimento das Recomendações da Auditoria Interna do INSS e do Órgão de Controle Interno (CGU), assim como das determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) tendo em vista inclusive a implantação das Unidades Gestoras relativas ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Janeiro a dezembro de 2014
Recursos Humanos	02 Servidores

Ação nº 22/2014	Ação de Acompanhamento das recomendações do Plano de Providências Permanente (PPP) 2014 e dos exercícios anteriores
Área	Planejamento e Gestão Estratégica, Orçamento, Finanças e Logística, Atendimento, Benefícios, Saúde do Trabalhador, Gestão de Pessoas, Procuradoria e Corregedoria
Unidades	Administração Central
Escopo	A atividade consistiu no acompanhamento do atendimento das recomendações formuladas pela Controladoria-Geral da União, relativas aos incluindo a análise das providências adotadas pela área estratégica visando à implementação.
Total de Ações	05
Cronograma Executado	Janeiro a dezembro de 2014.
Recursos Humanos	08 Servidores

Ações de exercícios anteriores

Ação nº 14/2013	Auditoria no Processo de Gestão de Compensação Previdenciária
Área	Benefícios/Compensação Previdenciária
Unidades	Gerências Executivas e Agências da Previdência Social
Escopo	Análise dos procedimentos adotados para a efetivação da compensação financeira entre os regimes e análise dos requerimentos efetuados entre janeiro/2010 a setembro/2013 de 30 (trinta) Gerências Executivas - GEX, selecionadas dentre as que apresentaram maior número de requerimentos de compensação previdenciária - deferidos e indeferidos no período de janeiro/2003 a setembro/2013. Verificação, no âmbito do DCOMPREV/DIRBEN, dos controles internos e da forma como ocorre a compensação financeira entre os regimes previdenciários frente os atos normativos pertinentes. Avaliação da adequabilidade, da ergonomia do sistema COMPREV e dos aspectos relacionados à facilidade de navegação, bem como a existência de funcionalidades que possibilitem a visualização das rotinas executadas e eventuais ocorrências.
Total de Ações	31
Cronograma Executado	Julho de 2013 a Setembro de 2014
Recursos Humanos	8 servidores

Ação nº 17/2013	Auditoria no Processo de Gestão do Programa de Reabilitação Profissional
Área	Benefícios/Reabilitação Profissional
Unidades	Gerências Executivas
Escopo	Avaliação dos controles efetivos sobre as Atividades Administrativas da Reabilitação Profissional, do tempo de permanência do segurado em processo de reabilitação profissional e do monitoramento do cumprimento das metas físicas da Reabilitação Profissional.
Total de Ações	33
Cronograma Executado	Março de 2013 a Dezembro de 2014
Recursos Humanos	04 servidores

4.2. Ações de Auditoria de Risco Local e Especial

4.2.1 Ações Ordinárias de Risco Local

Tabela III – Trabalhos de Auditoria – Risco Local

Ação 1650/1651	Benefícios pensão vitalícia para o seringueiro – espécie 85 – E pensão vitalícia para o dependente do seringueiro – espécie 86.
Área	Benefícios
Unidade	APS da GEX Rio Branco/AC e da GEX Porto Velho/RO
Escopo	Análise, por amostragem, de processos concessórios de benefícios de



	Pensão Vitalícia de Soldado da Borracha - espécie 85 e Pensão vitalícia de Soldado a dependentes de seringueiros - espécie 86, concedidos entre 01/2006 a 12/2013, pelas Agências da Previdência Social das GEX de Rio Branco e Porto Velho, com despacho 00 (normal) e 04 (judicial) com data de despacho (DDB) a partir de 01/2006.
Total de Ações	02
Cronograma Executado	Abril a dezembro de 2014
Recursos Humanos	02 servidores

Ação 1763/1764	Adicional Noturno concedido aos servidores do INSS
Área	Gestão de Pessoas
Unidade	GEX Salvador/BA e Rio de Janeiro-Centro/RJ
Escopo	Foram examinados os pagamentos de Adicionais Noturnos dos servidores, com a finalidade de avaliar os controles internos referente à concessão e pagamento na folha de pagamento, frequências e atividades executadas; os procedimentos/rotinas de execução adotados pela unidade responsável; os fatores que explicam as devida concessão mensal; e os riscos operacionais e financeiros identificados na concessão.
Total de Ações	02
Cronograma Executado	Outubro a novembro/2014
Recursos Humanos	04 servidores

4.2.2 Ações Especiais

Tabela IV – Trabalhos de Auditoria - Ações Especiais

Ação 1723	Gestão de Transportes
Área	Logística
Unidade	GEX Distrito Federal
Escopo	A Ação consistiu na análise do processo nº 37284.000468/2012-17, referente à locação de veículos com motorista para transporte de servidores, avaliando a regularidade dos procedimentos relativos à licitação e contratação, assim como, à avaliação dos controles instituídos relativos aos pagamentos e cumprimento das obrigações pela contratada, no período de janeiro a maio/2014. Foram avaliados, ainda, os procedimentos de autorização e utilização dos veículos oficiais por meio de verificação das Guias de Autorização e Movimentação de Viaturas – GAMV referente ao período de janeiro a maio/2014. Consistiu, também, da avaliação dos custos relativos à frota contratada.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Julho a outubro/2014
Recursos Humanos	01 servidor

Ação 1787	Benefícios das espécies Aposentadoria por Idade (espécie 41) e Pensão por Morte Previdenciária (espécie 21)
Área	Benefícios
Unidade	Agência da Previdência Social em Palmares/PE
Escopo	Análise de benefícios das espécies aposentadoria por idade (espécie 41) e Pensão por morte previdenciária (espécie 21), cujas concessões foram realizadas pelo Gerente da Agência da Previdência Social em Palmares/PE, conforme reportado em denúncia encaminhada à Auditoria Regional Recife/PE, sobre benefícios irregulares na citada APS.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	20/10/2014 a 27/02/2015 (em andamento)
Recursos Humanos	03 servidores

4.3. Notas Técnicas Emitidas

Trata-se de instrumento utilizado para demonstração de ocorrências acerca de determinado assunto, legislação ou decisão com vistas a subsidiar os gestores com informações e sugestões que possam aprimorar os controles internos, promover ações corretivas, a melhoria dos fluxos internos e a divulgação de boas práticas. Durante o exercício de 2014, foram expedidos os documentos:

Tabela V – Notas Técnicas

Nota Técnica nº. 01/2014	Nota Técnica nº. 01/CGABEN/AUDGER, de 18/06/2014
Área	Saúde do Trabalhador
Unidades	DIRSAT e CGSINF
Motivação	Extração do SUIBE em 10/06/2014 constatando que existiam 1.404.260 benefícios de Auxílio Doença concedidos com Data de Cessação Administrativa - DCA. Esta base foi cruzada com a folha de pagamento de abril de 2014, sendo evidenciado que havia benefícios com Data de Cessação de Benefício - DCB acima de 24 meses.
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Junho/2014
Recursos Humanos	02 Servidores

Nota Técnica nº. 02/2014	Nota Técnica nº 02/DAUBST/CGABEN/AUDGER/INSS, de 31/07/2014
Área	Benefícios
Unidades	DIRBEN
Motivação	Extrações de dados, utilizando a ferramenta <i>Audit Comand Language (ACL)</i> a partir da MACIÇA de março/2014, usando como critério as informações de data de nascimento do titular do benefício, espécie (41), clientela (urbana e rural) e sexo (F/M) demonstram que 6.436 benefícios apresentavam idade incompatível com o benefício concedido (espécie 41 – aposentadoria por idade), na Data de Entrada do Requerimento - DER. Também, constatou-se que, na sua grande maioria, 5.984 (92,97%) foram concedidos pela via judicial (despacho 04 – concessão por decisão de ação judicial), 60 (0,93%) concedidos com despacho 03 (em fase recursal – JRPS/CRPS), e 392 (6,09%) concedidos administrativamente (despachos: 00, 01, 02, 05, 08, 09, 10, 11, 15, 17, 19, 66 e 80).
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Julho de 2014
Recursos Humanos	03 servidores

Nota Técnica nº. 03/2014	Nota Técnica nº 03/DAUBST/CGABEN/AUDGER/INSS, de 08/09/2014
Área	Benefícios
Unidades	DIRBEN
Motivação	<p>Extrações de dados, utilizando a ferramenta <i>Audit Comand Language (ACL)</i> a partir da MACIÇA de julho/2014, usando como critério o Nome, Nome da mãe e CPF indicaram um universo populacional de 247.936 titulares de benefícios que apresentavam CPF inválidos e/ou zerados.</p> <p>Utilizando-se as chaves primárias: NOME, DATA DE NASCIMENTO E NOME DA MÃE, foram efetuados dois cruzamentos, sendo que, com a Base de dados da Receita Federal do Brasil evidenciou-se que apenas 12.488 constavam desta base; e com Base de dados do Censo verificou-se que 39.238 foram recenseados, no entanto, os dados cadastrais permanecem ainda inconsistentes.</p>
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Setembro de 2014
Recursos Humanos	03 servidores

Nota Técnica nº. 04/2014	Nota Técnica nº 04/DAUBST/CGABEN/AUDGER/INSS, de 17/12/2014
Área	Benefícios/Pensão por Morte
Unidades	DIRBEN
Motivação	<p>Extrações de dados, utilizando a ferramenta <i>Audit Comand Language (ACL)</i> a partir da MACIÇA de setembro/2014, sobre o quantitativo de 7.386.668 Pensões por Morte usando como critérios as informações das chaves primárias: CPF, Data de Nascimento e Nome, apontaram um universo populacional de 823.858 pensões por morte, cujos titulares e instituidores apresentavam Nome, CPF e DN inválidos e/ou zerados. Registra-se que foram excluídos os benefícios detectados com inconsistências cadastrais em outras Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) e os que se encontravam na base do CMOBEN.</p>
Total de Ações	01
Cronograma Executado	Dezembro de 2014
Recursos Humanos	03 servidores

5. Metas e Resultados da Ação no Exercício de 2014

Em consonância com o Plano Plurianual – PPA do Governo Federal, a Previdência Social readequou o seu Mapa Estratégico, estabelecendo 21 (vinte e um) objetivos estratégicos, destes o INSS aderiu a 18 (dezoito) definindo seu próprio Mapa, a Auditoria Interna inserida no objetivo estratégico de “Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de risco e a segurança institucional” tem como Direcionador Estratégico *Inovação da Gestão* que está relacionado à busca pela melhoria dos processos de gestão, ao aperfeiçoamento de políticas, normas, processos e comunicação e à habilidade proativa de avaliar riscos institucionais e de subsidiar ações de controle e de gestão da segurança institucional.

Consoante a Lei Orçamentária Anual (LOA/2014), Lei 12.952 de 20/01/2014, e seus ajustes, a Ação 2562 - Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos, vinculada ao Programa 2061 abrange as atividades de Auditoria, Corregedoria, Tomada de Contas Especial e Cobrança Rede Bancária-Área de OFC, referente às despesas com deslocamento dos servidores e custeio de diárias, para realização de atividades de abrangência nacional finalizou o exercício com a dotação fixada no montante de R\$ 9.660.000,00 (nove milhões, seiscentos mil, reais), sendo empenhado o valor de R\$ 5.779.035,09 e liquidado R\$ 5.778.181,51 que representa aproximadamente 99,98% de execução (dados extraídos do SIOP em 31/12/2014) do limite orçamentário disponibilizado para esta ação no exercício.

Tabela VI – Demonstrativo de Execução Físico- Financeira da Ação 2562

(R\$)

Despesas	Auditoria	Corregedoria	TCE	Cobrança Rede Bancária-Área de OFC
Diárias(14)	1.177.917,92	3.563.509,82	122.957,25	250.046,19
Passagens (33)	377.057,22	136.839,90	29.434,71	47.369,67
Indenizações(93)	23.054,16	45.917,40	3.219,79	1.711,06
Total	1.578.029,30	3.746.267,12	155.611,75	299.126,92

Fonte: SIAFI/CONOR, consulta em 05/01/2015

Tabela VII – Demonstrativo de Execução Físico- Financeira por Área

(R\$)

Área	Meta Física			Execução Financeira
	Previsão	Execução	%	
Auditoria	590	628	106%	1.578.029,30
Corregedoria	550	354	64%	3.746.267,12
Tomada de Contas Especial	50	40	84%	155.611,75
Cobrança Bancária	-	-	-	299.126,92
TOTAL	1.190	1022	86%	5.779.035,09

Fonte: SIAFI/CONOR, consulta em 05/01/2015

Assim, os valores repassados para a Auditoria custearam as despesas com deslocamentos para a realização das ações apresentadas no demonstrativo (Tabela VIII), identificando o quantitativo de Ações deflagradas pela Auditoria-Geral e suas projeções Regionais individualizadas por Ação estabelecida no PAINT/2014, incluindo os Trabalhos de Auditoria realizados em âmbito nacional e risco local (Ações Ordinárias), as Especiais, as de acompanhamento e as compartilhadas com a CGU.

Nesse contexto, considerando que no exercício, foram concluídas 1.022 (mil e vinte e duas) ações/processos, pode-se afirmar que a meta física prevista na LOA obteve resultado satisfatório, e mais do que quantidade, as ações executadas de forma tempestiva e de maneira adequada, vem buscando alternativas de melhoria contínua nas atividades preventivas, assim como em medidas corretivas e de recuperação ao erário.



5.1. Demonstrativo de Ações Concluídas por Unidade de Auditoria no Sistema

Tabela VIII – Demonstrativo de Ações Concluídas x Quantitativo por Auditoria e suas Projeções Regionais

Ações Concluídas em 2014		AUDGER	SP	BHZ	RJ	FLO	REC	SAL	BSB	MAN	TOTAL
1	Auditoria no Processo das Contratações de Instituições Financeiras para Pagamento de Benefícios	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
2	Auditoria no Processo de Gestão dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
3	Auditoria no Processo de Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS	1	3	3	2	3	3	3	2	3	23
4	Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada	2	29	20	10	24	19	11	14	4	133
5	Auditoria Contínua nos Processos de Gestão de Pessoas do INSS	1	4	4	2	4	4	3	4	4	30
6	Auditoria no Processo de Gestão de Orçamento, Finanças e Contabilidade	1	3	3	2	2	3	2	3	2	21
7	Auditoria no Sistema Integrado de Benefícios	SOBRESTADA									
8	Auditoria no Portal CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais	CANCELADA									
9	Auditoria no Processo de Gestão das Unidades do INSS	0	10	11	5	12	5	5	8	4	60
10	Auditoria no Processo de Atualização Cadastral dos Beneficiários da Previdência Social	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
11	Auditoria Contínua no Processo de Pagamento Alternativo de Benefícios (PAB) e Crédito Diário	1	23	15	7	19	15	8	12	5	105
12	Auditoria Contínua na Gestão da Folha de Pagamento do Regime Geral de Previdência Social - RGPS	1	23	15	7	19	15	8	12	5	105

Ações Concluídas em 2014		AUDGER	SP	BHZ	RJ	FLO	REC	SAL	BSB	MAN	TOTAL
13	Avaliação da Adequabilidade do Controle Interno dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador da Previdência Social	1	5	3	1	7	3	2	3	1	26
14	Avaliação da Qualidade de Informação do CNIS	EM EXECUÇÃO									
15	Auditoria nas Ações de Auxílio Doença Previdenciário, Acidentário e Auxílio Reclusão	0	0	4	7	5	10	4	5	6	41
16	Auditoria de Acompanhamento da Gestão do INSS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
17	Ação de Acompanhamento dos Acórdãos 2812/2009 e 2367/2013 -TCU Plenário	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
18	Ação de Acompanhamento do Acórdão 715/2012 -TCU Plenária	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
19	Ação de Acompanhamento dos Acórdão 666/2013 -TCU Plenária	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
20	Ações de Acompanhamento de outros acórdãos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
21	Ação de Acompanhamento da Gestão de Imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
22	Ações de acompanhamento quanto ao atendimento das recomendações da CGU incluídas no Plano de Providências Permanente de 2014 e de exercícios anteriores	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
23	Auditoria no Processo de Gestão de Compensação Previdenciária- Paint 2013	1	5	4	2	5	5	2	5	2	31
24	Auditoria no Processo de Gestão do Programa de Reabilitação Profissional Paint 2013	1	3	4	3	6	8	3	4	1	33
100	Ações de Risco Local	0	0	0	1	0	0	1	0	2	4



Ações Concluídas em 2014		AUDGER	SP	BHZ	RJ	FLO	REC	SAL	BSB	MAN	TOTAL
200	Ações Especiais	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Total		25	108	86	49	106	91	52	72	39	628

Fonte: SA4/2014



6. Registro Quanto à Implementação ou Cumprimento, pela Entidade, ao Longo do Exercício, de Recomendações ou Determinações Efetuadas pelos Órgãos Central e Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal

Com a finalidade de acompanhar as determinações e recomendações dos órgãos de controle externo e interno, a Auditoria Interna tem implementado ações visando o aperfeiçoamento do controle e oportunidades para o cumprimento destas pelos gestores da instituição. Foi instituído fluxo para o acompanhamento dos Acórdãos do TCU e dos Relatórios da CGU, por meio do Sistema de Controle de Demandas Externas (CONDEX Web), que permite o registro, a emissão de Solicitação de Auditoria – SA para obtenção de informações das áreas demandadas, podendo ainda, avaliar as respostas e demais documentos, contribuindo de forma efetiva para reduzir o estoque e obter resultados satisfatórios.

A Portaria Conjunta MPS/INSS/PRES nº 572, de 21/09/2011, aprovou o indicador de acompanhamento do Mapa Estratégico do INSS para o período de 2011 a 2015, denominado Índice de Resolutividade das Demandas dos Órgãos de Controle Interno e Externo (TCU, CGU e Auditoria Interna), e se encontra associado ao objetivo estratégico “Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional”. Por meio da Portaria MPS nº 60, de 12 de fevereiro de 2014, houve a aprovação dos indicadores de desempenho do Mapa Estratégico da Previdência Social, para o período 2014 a 2015, revogando a referida Portaria Conjunta.

6.1. Determinações e Recomendações Oriundas dos Órgãos de Controle Externo (TCU)

Em 2014 foram expedidos 65 (sessenta e cinco) Acórdãos envolvendo a atuação direta de responsabilidade desta Autarquia, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), contendo 213 (duzentos e treze) itens com determinações/recomendações.

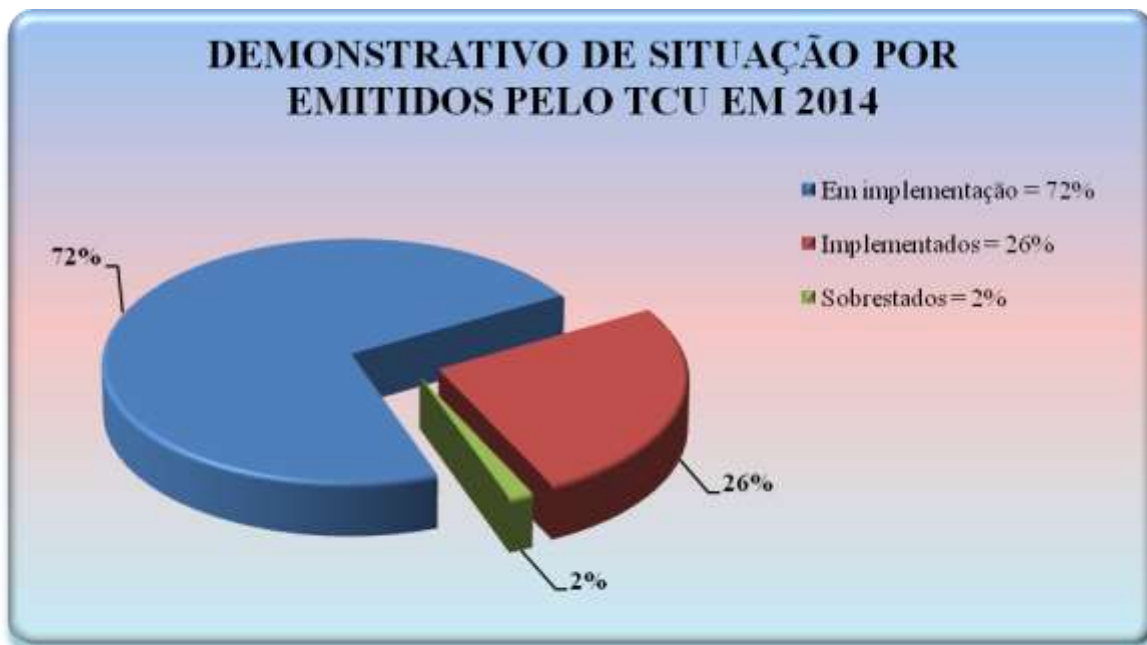
Foram elaborados os Gráficos I a III – Demonstrativos de Situação dos Acórdãos com os respectivos status (Implementado, Em implementação e Sobrestado), correspondentes ao exercício de 2014 e anteriores.

Gráfico I – Total de Acórdãos – TCU/2014



Fonte: Controle de Demandas Externas (CONDEX Web), extraído em 29/01/2015.

Gráfico II – Total de Acórdãos por Situação das Determinações – TCU/2014



Fonte: Controle de Demandas Externas (CONDEX Web), extraído em 29/01/2015.

Gráfico III – Total de Acórdãos por Situação das Determinações – TCU/Até 2013



Fonte: Controle de Demandas Externas (CONDEX Web), extraído em 29/01/2015.

O detalhamento dos acórdãos apresentados graficamente compõe o **Anexo I – Determinações/Recomendações do Órgão de Controle Externo**, contendo informações relacionadas à identificação do número do Acórdão e a descrição da determinação ou recomendação exarada pelo TCU.

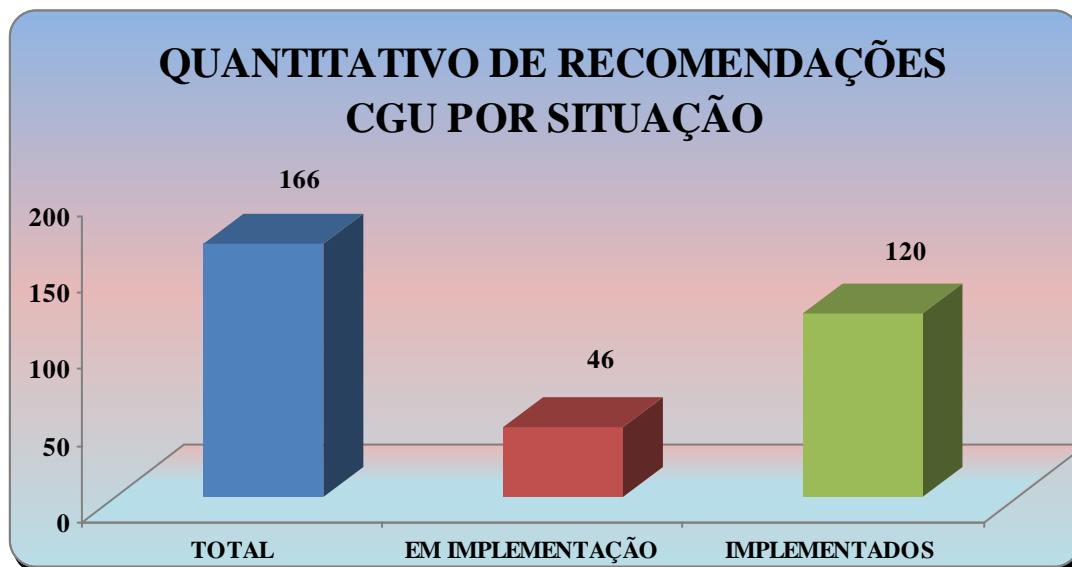
6.2. Recomendações da Controladoria-Geral da União – CGU

No exercício foram expedidas 18 recomendações objeto do Plano de Providências Permanente (PPP).

O **Anexo II - Recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU)** apresenta o detalhamento de informações que identificam as ações praticadas para fins de controle e atendimento a esse Órgão.

A demonstração gráfica contempla o total de Recomendações recebidas em 2014 e exercícios anteriores, bem como o status em que se encontram.

Gráfico IV - Total de Recomendações por Situação das Recomendações – CGU/2014



Fonte: Controle de Demandas Externas (CONDEX Web), extraído em 28/01/2015.

6.3. Recomendações da Auditoria Interna

As recomendações formuladas pela Auditoria Interna têm como objetivo agregar valor à gestão, contribuindo com a melhoria dos processos por resultados, fortalecimento dos controles internos, mitigação dos riscos e adoção de medidas proativas. Recebem acompanhamento sistemático, por meio do Sistema de Avaliação e Acompanhamento das Atividades de Auditoria (SA4), o qual permite ao auditor monitorar tempestivamente as respostas dos auditados, oportunizando aos mesmos o acesso ao Sistema pelo Módulo Gestor, que além de emitir suas respostas, possibilita a anexação de documentos e o acompanhamento quanto à baixa, ou seja, se foi ou não atendida na avaliação da auditoria.

Para as ações corretivas, a Auditoria-Geral orienta suas unidades a aplicarem as Notas de Auditoria – NA, que permitem ao gestor a correção imediata de disfunções operacionais.

No exercício foram emitidas 108 (cento e oito) recomendações estratégicas, decorrentes das ações desenvolvidas em conformidade com o que foi aprovado no PAINT 2014, bem como, das 04 (três) Notas Técnicas que, em síntese, apresentam-se no Gráfico V, por Diretoria/Coordenação e no **Anexo III – Recomendações Estratégicas da Auditoria Interna**, com o respectivo detalhamento.

Gráfico V – Recomendações Estratégicas por Diretoria ou Coordenação



Fonte: Controle de Demandas Externas (CONDEX Web), extraído em 28/01/2015.

6.4. Ações Relativas às Demandas da Ouvidoria

A Ouvidoria Geral da Previdência Social (OUGPS), vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS), foi criada em 1998, e tem por objetivo, entre outros, aproximação do cidadão à Administração Pública Federal, por meio de um canal de comunicação permanente, imparcial e transparente para a sociedade. Uma de suas principais incumbências está relacionada em servir como ferramenta subsidiária de gerenciamento e gestão de ações estratégicas, direcionando suas políticas públicas e sociais, uma vez que analisa as solicitações apresentadas pelos cidadãos e identifica as principais demandas de insatisfação da sociedade.

De acordo com o artigo 12, da Portaria nº 751 de 29/12/2011, a OUGPS tem a competência de apresentar diagnósticos, relatórios gerenciais técnicos e/ou informações para subsidiar ações de melhoria dos serviços prestados pela Previdência Social.

Dessa forma, registram-se na Tabela X, as informações correspondentes ao exercício de 2014, demonstrando ocorrências e quantitativo de informações recebidas e o respectivo tratamento, conforme o status.

Tabela X – Denúncias Ouvidoria (SOU Web)

Ocorrências Recebidas Pela Ouvidoria						
Tipos de Ocorrências	Registradas	Pendentes na Ouvidoria	Aguardando encaminhamento às áreas Solucionadoras	Pendente nas áreas Solucionadoras	Total de casos Respondidos / Encerrados	% Respondidos/ Encerrados
Benefício	43.565	119	2	6.496	36.948	84,81%
Atendimento Bancário	62.245	497	0	1.558	60.190	96,70%
Atendimento Previdenciário	38.134	29	2	2.777	35.326	92,64%
Denúncia	18.331	36	2	3.372	14.921	81,40%
Solicitação Diversa	7.039	8	0	474	6.557	93,15%
Elogio	4.596	2	0	0	4.594	99,96%
Arrecadação/Fiscalização	2.503	6	0	255	2.242	89,57%
Sugestão	760	0	0	0	760	100%
Empregado Público – Dataprev	0	0	0	0	0	0
Servidor	0	0	0	0	0	0
Total Geral/2014	177.173	697	6	14.932	161.538	91,18%

Fonte: Sistema SOU Web (extração em 08/01/2014)

OBS.: Das manifestações cadastradas em 2014, a OUGPS obteve uma média de 4,13 dias para responder ao cidadão ou encaminhar para as áreas solucionadoras. Em média, 44,56% das manifestações cadastradas durante meses de 2014 foram respondidas pela própria Ouvidoria, sem necessidade de encaminhamento às áreas solucionadoras.

Comparando os resultados com o exercício de 2013, verificam-se os percentuais majorados e minorados conforme a ocorrência:

Tabela XI – Denúncias Ouvidoria (SOU Web)/Comparativo exercícios 2013/2014

Exercícios	Registradas	Pendentes na Ouvidoria	Pendentes nas áreas Solucionadoras	Total de casos Respondidos / Encerrados
2014	177.173	697	14.932	161.538
2013	190.121	4.992	16.347	168.266
Percentuais/Status	7% - Minoração	86% - Minoração	8% - Minoração	4% - Minoração

Fonte: Sistema SOU Web (extração em 26/01/2015) e RAIN/2013

6.5. Denúncias Encaminhadas pela Ouvidoria à Auditoria

Das 18.331 denúncias cadastradas no SOU Web, 5 (cinco) foram direcionadas à Auditoria para apuração dos fatos. Dessa forma foi elaborado o **Anexo IV – Denúncias encaminhadas pela Ouvidoria**, contendo a identificação (código da manifestação); fato denunciado, providências adotadas, diligências e previsão de auditoria se for o caso.

6.6. Denúncias Encaminhadas pela CGU à Auditoria

Além das denúncias recebidas pela Ouvidoria, foram demandadas pela CGU 36 (trinta e seis) denúncias, cujas informações constam do **Anexo V - Denúncias encaminhadas pela CGU à Auditoria**, contendo informações relativas à identificação e procedimentos adotados.

7. Relato Gerencial sobre a Gestão de Áreas Essenciais da Unidade, com Base nos Trabalhos Realizados

A manifestação acerca dos controles instituídos para gerenciamento permite demonstrar o empenho para alcance da excelência da Gestão do INSS, em razão da sua Missão Institucional e Visão de Futuro, por meio do Planejamento e Gestão Estratégica, incluindo os indicadores de desempenho e as ações estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual.

A Missão Institucional consiste em “Garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com objetivo de promover o bem-estar social”.

Sua Visão de Futuro consiste em “Ser reconhecida como patrimônio do trabalhador e sua família, pela sustentabilidade de regimes previdenciários e pela excelência na gestão, cobertura e atendimento”.

7.1. Das Metas Previstas no Painel de Desempenho e Plano de Ação do INSS – PAGINA DO INSS

Em conformidade com o plano de ação, aprovado pela Resolução nº 369 /PRES/INSS, de 11 de dezembro de 2013 os 15 indicadores atingiram índices satisfatórios em relação ao planejamento (previsão) e a execução (realização), conforme demonstrativo verifica-se no endereço <http://www-planoacao/frontend/> e no quadro abaixo.

Quadro I - Status dos Indicadores – Painel de Desempenho/2014

Legenda		Indicadores
Excelência		TMCR(em todos os trimestres)
		TMCH-AI(apenas no primeiro trimestre)
Meta Atingida		IRES, MOB, TMCDJ, TMD, TMRD, TMRB E TMTC (em todos os trimestres)
		TMEA (apenas no primeiro trimestre)
		TMEA-PM e TMTR (apenas no primeiro e terceiro trimestre)
Atenção		TMEA(apenas no terceiro trimestre)
		TMEA-PM(apenas no segundo trimestre).
Execução aquém da previsão		PRA45, TMAA, TMAA-PM, TMEA-PM (quarto trimestre)
		TMEA e TMTR (no segundo e quarto trimestre)

Fonte: Intraprev/2014

Nota: **IRES** - Índice de Resolubilidade; **MOB CGU/TCU** - Monitoramento Operacional de Benefícios – CGU/TCU; **PRA45** - Porcentagem de Processos Acima de 45 Dias; **TMC** - Tempo Médio de Concessão, **TMCDR** - Tempo Médio de Cumprimento de Recurso Administrativo; **TMEA** - Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado; **TMEA PM** - Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado – Perícia Médica, **TMEAPL** - Tempo Médio de Espera Avaliação Potencial Laboral; **TMTC** - Tempo Médio Tramitação Cumprimento de Decisão; **TMTR** – Tempo Médio de Tramitação de Processo Inicial de Recurso.

O Plano de Ação do INSS, nos últimos exercícios tem sido elaborado com estabelecimento de metas, prevalecendo o caráter participativo e descentralizado, envolvendo o universo de Gestores que exercem suas atividades na Administração Central, Superintendências-Regionais, Gerências-Executivas e Agências da Previdência Social.

7.1.1 Painel de Desempenho

Tabela XII – Indicadores/Painel de Desempenho/2014

Indicador	Unidade De Medida	P/R	1º Tri.	2º Tri.	3º Tri.	4º Tri.
IRES	%	P	55,90%	56,00%	57,27%	57,46%
		R	59,50%	51,51%	65,48%	61,94%
MOB CGU/TCU OP	Quant. de Processos	P	277.010	191.293	109.461	0
		R	206.965	154.518	97.330	44.297
PRA45	Quant.de de Processos	P	15,88%	15,19%	13,91%	12,95%
		R	24,57%	23,93%	20,47%	27,52%
TMAA	DIAS	P	27	26	24	23
		R	38	50	48	58
TMAA-PM	DIAS	P	27	26	24	23
		R	40	45	40	52
TMCDJ	DIAS	P	24	23	21	21
		R	9	10	11	-
TMCDR	DIAS	P	13	13	12	11
		R	8	13	6	13
TMCH-AI	DIAS	P	45	44	44	41
		R	29	48	32	34
TMD	DIAS	P	20	19	17	17
		R	16	13	12	16
TMEA	DIAS	P	20	19	18	17
		R	21	27	24	31
TMEA-PM	DIAS	P	23	22	20	20
		R	23	26	22	38
TMEAPL	DIAS	P	99	90	84	79
		R	80	90	-	-
TMRB	DIAS	P	512	478	351	290
		R	153	181	175	192
TMTC	DIAS	P	33	31	27	24
		R	27	22	24	22
TMTR	DIAS	P	81	81	65	58
		R	67	151	68	107

Fonte: Intraprev/2014 – Painel de Desempenho



7.1.2. Indicadores do Plano de Ação 2014

Da mesma forma, foi processada análise dos Indicadores do Plano de Ação, sendo, em síntese, apresentados os resultados em relação aos 59 (cinquenta e nove) Indicadores:

Tabela XIII – Indicadores/Plano de Ação/2014

Direcionador	Objetivo	Ação	Indicador	Mês	Status	Área
1 - Modernização da Infraestrutura e otimização dos Recursos	1.1 - Prover soluções em ambiente tecnológico integrado, seguro e de alto desempenho	1.1.1 - Implementar o Sistema de Benefícios – SIBE	Produto Implementado	novembro	Sem Execução	DIRBEN
		1.1.2 - Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI	Produto Homologado	novembro	Meta Atingida	CGTI
		1.1.3 - Realizar migração dos sistemas corporativos da SAA para o GERID	Sistemas Migrados	outubro	Meta Atingida	CGTI
		1.1.4 - Implementar Certificado Digital	Certificados Gerados	novembro	Aquém da Previsão	CGTI
		1.1.5 - Promover a modernização das Redes Locais das APS.	(a) Unidades inspecionadas e diagnosticadas	novembro	Sem Execução	CGTI
			(b) Unidades com Contratações de projetos	novembro	Sem Execução	CGTI
			(c) - Unidade com Rede Monitorada e Gerenciada	novembro	Sem Execução	CGTI
	1.1.6 - Implementar o Gerenciamento do Ambiente Cliente	% de implementação.	novembro	Aquém da Previsão	CGTI	
	1.1.7 - Atualizar e Modernizar o parque de recursos tecnológicos do INSS	Equipamentos atualizados/incrementados no parque	novembro	Sem Execução	CGTI	
	1.2 - Ampliar e modernizar a	1.2.1 - Adequar a estrutura física das	Unidade Adequada	novembro	Sem Execução	DIROFL/CGEPI



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Direcionador	Objetivo	Ação	Indicador	Mês	Status	Área
	rede de atendimento da Previdência Social	unidades do INSS				
		1.2.2 - Implementar a Expansão da Rede de Atendimento do INSS	Unidade Inaugurada	outubro	Aquém da Previsão	DIRAT
		1.2.3 - Atendimento Itinerante	Resolução publicada	novembro	Sem Execução	DIRAT
		1.2.4 - Geolocalização, Implantação e Tipologia de APS	% de Implementação	novembro	Sem Execução	DIRAT
	1.3 - Aperfeiçoar a Aplicação de recursos	1.3.1 - Alienar Imóveis não Operacionais	Imóvel Alienado	novembro	Sem Execução	DIROFL/CGEPI
		1.3.3 - Supervisão de Atendimento e Infraestrutura	1.3.3 - Unidades sem situação de risco no atendimento	dezembro	Sem Execução	DIRAT
		1.3.4 - Implementar o Sistema de Mensuração de Demanda	1.3.4 - Sistema implementado (SMD)	janeiro	Sem Execução	DIRAT
2 - Gestão Estratégia de Pessoas	2.1 - Otimizar o quadro de pessoal e desenvolver competências compatíveis com os objetivos institucionais	2.1.1 - Inclusão Educacional das Pessoas com Deficiência no INSS	Percentual de implementação	novembro	Meta Atingida	DGP
		2.1.2 - Implementar os Programas de Educação Continuada nas áreas do INSS.	Servidor Capacitado	novembro	Sem Execução	DGP
		2.1.3 - Implementar a Gestão por Competência do INSS	Percentual de Implementação	novembro	Atenção	DGP
	2.2 - Promover a Valorização e a qualidade de vida das pessoas	2.2.1 - Implementar o Programa de Saúde e Qualidade de vida no Trabalho	Percentual de Implementação	novembro	Aquém da Previsão	DGP
		2.3 - Desenvolver cultura voltada aos	2.3.1 - Implementar o Gasto Eficiente nas unidades do	Percentual de unidades no INSS com os processos	novembro	Sem Execução





PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Direcionador	Objetivo	Ação	Indicador	Mês	Status	Área	
	valores, aos resultados e à Responsabilidade Sócioambiental	INSS	implementados				
3 - Inovação da Gestão	3.1 - Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários	3.1.1 - Realizar as reuniões trimestrais do Plano de Ação, em todos os níveis de gestão	Reunião Trimestral concluída	novembro	Sem Execução	CGPGE	
		3.1.2 - Reconhecimento da Qualidade nas Agências da Previdência Social	Unidade Avaliada	novembro	Sem Execução	DIRAT	
		3.1.3 - Simplificação do Acesso aos Serviços Previdenciários	Percentual de entregas	novembro	Sem Execução	DIRAT	
		3.1.4 - Usabilidade dos sistemas corporativos	Resolução publicada	novembro	Sem Execução	DIRAT	
	3.3 - Fortalecer os Controles Internos, o combate às Fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional	3.3.1 - Promover a análise e o monitoramento operacional de benefícios	Monitoramento Operacional de Benefício CGU/TCU e outras prioridades (MOB CGU/TCU OP)		novembro	Atenção	DIRBEN
		3.3.2 - Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC	Cartórios com sistema implementado (SIRC)		novembro	Sem Execução	DIRBEN
		3.3.3 - Aperfeiçoar a Gestão de Risco no Reconhecimento de Direitos	Percentual de Implementação		novembro	Meta Atingida	AUDGER
		3.3.4 - Implementar a malha nas Informações da GFIP	Módulo Implementado		novembro	Atenção	DIRBEN
		3.3.5 - Implementar o Sistema de Controle de Demandas Externas e	Percentual de Implementação		novembro	Sem Execução	AUDGER



Direcionador	Objetivo	Ação	Indicador	Mês	Status	Área	
		Internas					
4 - Ampliação da Cobertura	4.1 - Aprimorar as Informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho	4.1.1 - Implementar o Portal CNIS	Módulo Implementado	novembro	Sem Execução	DIRBEN	
		4.1.2 - Implementar o Modelo de Escrituração Fiscal Digital - eSocial	Percentual de desenvolvimento (e-Social)	novembro	Sem Execução	DIRBEN	
	4.2 - Fortalecer a Educação Previdenciária com foco na inclusão e fidelização	4.2.1 - Realizar Ações de promoção da Educação Previdenciária	Pessoa Informada	novembro	Atenção	DGP	
5 - Excelência do Atendimento e Controle Social	5.1 - Promover o reconhecimento automático do direito	5.1.1 - Atender resolutivamente os requerimentos iniciais de benefícios	Índice de Resolutividade - IRES	novembro	Meta Atingida	DIRBEN	
		5.1.2 - Agilizar a análise de requerimentos iniciais de benefícios	(a) Tempo Médio de Decisão (TMD)	novembro	Meta Atingida	DIRBEN	
			(b) Porcentagem de Processos em análise acima de 45 dias (PRA45)	novembro	Aquém da Previsão	DIRBEN	
			(c) Tempo Médio de Concessão da Habilitação - Acordo Internacional (TMCH-AI)	novembro	Meta Atingida	DIRBEN	
	5.2 - Aperfeiçoar as Decisões e Minimizar as ocorrências de Litígios	5.2.1 - Agilizar a tramitação de processos de recursos administrativos	(a) Tempo Médio de Tramitação de Processos iniciais de Recursos Administrativos (TMTR)		novembro	Aquém da Previsão	DIRBEN
			(b) Tempo Médio de Cumprimento de Decisão de Recurso Administrativo (TMCDR)		novembro	Excelência	DIRBEN
			(c) Tempo Médio de Tramitação para cumprimento de Decisão		novembro	Meta Atingida	DIRBEN



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Direcionador	Objetivo	Ação	Indicador	Mês	Status	Área
			Recursal (TMTc)			
		5.2.2 - Implementar a Justificação Administrativa - JA Eletrônica	Agência da Previdência Social com processo de JA implantado	novembro	Sem Execução	PFE
		5.2.3 - Implementar a Gestão da Qualidade em Matéria de Benefícios	Percentual de Implementação	novembro	Sem Execução	PFE
		5.2.4 - Aperfeiçoar o Processo de Conciliação Administrativa	Produto Entregue	novembro	Sem Execução	PFE
		5.2.5 - Agilizar a tramitação dos processos de revisão	Tempo Médio de Revisão de Benefícios (TMRB)	novembro	Meta Atingida	DIRBEN
		5.2.6 - Agilizar a tramitação dos processos judiciais	Tempo Médio de Cumprimento de Demandas Judiciais (TMCDJ)	novembro	Meta Atingida	PFE
		5.2.7 - Integração com o Poder Judiciário	Produto Implementado	novembro	Meta Atingida	PFE
	5.3 - Garantir o Pagamento de Benefícios com qualidade	5.3.1 - Aperfeiçoar a Gestão da Folha de Pagamento de Benefícios	Percentual de Implementação	novembro	Sem Execução	DIRBEN
		5.3.2 - Aperfeiçoar os processos de manutenção de benefícios – SIBE II	Percentual de Implementação	novembro	Sem Execução	DIRBEN
	5.4 - Promover o Acesso à Informação de forma Transparente e tempestiva	5.4.1 - Reduzir o Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado	(a) Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	novembro	Aquém da Previsão	DIRAT
			(b) Tempo Médio de Agendamento Ativo (TMAA)	novembro	Aquém da Previsão	DIRAT
		5.4.2 - Reduzir o Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado da Perícia Médica	(a) Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado da Perícia Médica - TMEA-PM	novembro	Aquém da Previsão	DIRSAT



Direcionador	Objetivo	Ação	Indicador	Mês	Status	Área
			(b) Tempo Médio de Agendamento Ativo da Perícia Médica (TMAA-PM)	novembro	Aquém da Previsão	DIRSAT
		5.4.3 - Agilizar a análise das manifestações de Ouvidoria	Número de manifestações de ouvidoria em análise há mais de 15 dias	novembro	Sem Execução	Presidência
		5.4.4 - Implementar as Bibliotecas Setoriais	Unidade Implementada	novembro	Sem Execução	DIROFL
		5.4.5 - Implementar o Processo de Avaliação e Destinação Final de Documentos no INSS	Percentual de Implementação	novembro	Sem Execução	DIROFL
		5.4.6 - Reestruturar o Portal da Intranet	Portal estruturado	novembro	Sem Execução	ASC
		5.4.7 - Organizar os Arquivos do INSS	Unidade organizada	novembro	Sem Execução	DIROFL
	5.5 - Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral	5.5.1 - Promover a reabilitação profissional para os segurados da Previdência Social	Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado da Perícia Médica - TMEA-PL	novembro	Sem Execução	DIRSAT
		5.5.2 - Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a Reabilitação Profissional	Percentual de Implementação	novembro	Meta Atingida	DIRSAT

Fonte: Intraprev/2014 – Plano de Ação



Legenda II - Status dos Indicadores – Plano de Ação/2014

Legenda		Quant.
	Excelência	1
	Meta Atingida	12
	Atenção	4
	Execução aquém da previsão	10
	Sem Execução	32

Da análise dos 59 (cinquenta e nove) Indicadores, 13 (treze) atingiram o desempenho desejado, restando prejudicada a execução de 4 (quatro) e, ainda, não foi possível a obtenção de índices expressivos, pela execução aquém da previsão, em 10 (dez) Indicadores.

7.4. Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

A seguir apresentamos os registros extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que permitiu extração de informações financeiras em relação às Iniciativas e Ações Governamentais, estabelecidos no Plano Plurianual (PPA). Quanto à meta física os resultados consolidados serão avaliados por ocasião da Prestação de Contas do INSS ao Tribunal de Contas da União (TCU).

7.5. Ações Governamentais

A tabela XIV apresenta os resultados das Ações referentes à meta financeira sobre o valor Empenhado e Empenho Liquidado. Embora não constem valores gastos, registra-se a recuperação de R\$ 40.145.650,95.

Tabela XIV – Detalhamento das Ações Governamentais/2014

Ação	Unidade de Medida	Valor Empenhado	Empenho Liquidado	% de Execução Financeira
2585 - Serviço de reabilitação profissional	Segurado Reabilitado Unidade	22.536.021,85	15.535.684,98	68,94%
2562 - Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos e processos	Auditoria Realizada Unidade	5.779.035,09	5.778.181,51	99,99%
8426 - Desimobilização de imóveis não operacionais do INSS	Imóvel Alienado – Unidade	12.021,29	12.021,29	100,00%
116V - Instalação de unidade de funcionamento do INSS	Unidade Instalada Unidade	51.602.389,50	34.915.102,73	67,66%

Ação	Unidade de Medida	Valor Empenhado	Empenho Liquidado	% de Execução Financeira
2593 - Funcionamento das unidades descentralizadas do INSS	Unidade em Funcionamento Unidade	860.237.075,90	832.044.071,45	96,72%
8869 - Reformas e adaptações das unidades do INSS	Unidade de Atendimento Reformada Unidade	18.903.283,95	9.100.453,07	48,14%
2294 - Defesa Judicial da Previdência Social	Peça Processual Produzida Unidade	27.768.846,38	27.763.663,43	99,98%
0E81 - Benefícios previdenciários urbanos (FRGPS)	N/C	303.139.777.542,10	303.081.600.405,80	99,98%
0E82 - Benefícios previdenciários rurais (FRGPS)	N/C	87.611.257.104,83	87.566.231.059,72	99,95%
009W - Compensação previdenciária (FRGPS)	N/C	2.177.692.052,00	1.974.042.221,80	90,65%
2292 - Serviço de processamento de dados de Benefícios Previdenciários ¹	Benefício Processado (Milhar)	335.979.676,46	325.441.997,61	96,86%
20HR - Gestão da informação corporativa na Previdência Social	Acervo Digital Implementado Unidade	1.115.136,94	1.113.797,70	99,88%
4405 - Previdência eletrônica	N/C	86.338.932,97	86.338.932,46	100,00%
4641 - Publicidade de utilidade pública	N/C	500.000,00	-	0,00%
2591 - Reconhecimento de direitos de benefícios previdenciários	Processo Concluído Unidade	34.856.721,40	34.787.259,51	99,80%
2563 - Gestão da melhoria contínua	Unidade Avaliada Unidade	5.645.711,53	5.645.649,68	100,00%
20HT - Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC	Registro Efetivado	382.789,64	382.342,22	99,88%
2564 - Gestão de Cadastros para a Previdência Social	Informação Processada Milhar	106.308.524,79	106.308.524,79	100,00%
20GN - Educação Previdenciária e Financeira	Pessoa Informada Unidade	342.037,53	342.037,53	100,00%
009K - Complementação e Pensões da RFFSA	N/C	712.252.702,00	710.900.253,80	99,81%
0181 - Pagamento de aposentadorias e pensões – Servidores Civis	N/C	4.336.223.034,33	4.332.510.362,65	99,91%
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	N/C	868.969.455,69	863.949.597,82	99,42%
20TP - Pagamento de pessoal ativo da união	N/C	4.336.640.886,00	4.335.125.707,63	99,97%
2000 - Administração da unidade ²	N/C	66.856.016,19	65.011.784,49	97,24%





PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ação	Unidade de Medida	Valor Empenhado	Empenho Liquidado	% de Execução Financeira
2004 - Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes ³	Pessoa Beneficiada Unidade	147.268.338,08	142.071.958,82	96,47%
2010 - Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares ⁴	Criança Atendida – Unidade	4.560.000,00	4.487.444,96	98,41%
2011 - Auxílio transporte aos servidores civis, empregados e militares	Pessoa Beneficiada Unidade	35.986.919,00	35.656.158,84	99,08%
2012 - Auxílio alimentação aos servidores civis, empregados e militares	Pessoa Beneficiada Unidade	173.857.802,00	173.343.540,12	99,70%
4572 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.	Servidor Capacitado	10.647.923,48	10.465.250,94	98,28%
00G5 - Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor	N/C	16.254.055,20	2.984.683,40	18,36%
0005 - Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (Precatórios) - UO 33201 e 33904. ⁵	N/C	366.398.305,96	324.286.436,96	88,51%
	N/C	3.764.257.756,97	3.427.263.379,25	91,05%
0482 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de pequeno Valor oriunda da justiça comum estadual	N/C	0	0	
0486 - Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (Precatórios) oriunda da justiça comum estadual	N/C	0	0	
0625 - Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado de pequeno valor (FRGPS)	N/C	5.394.537.304,58	5.354.881.951,66	99,26%
0536 - Benefícios de legislação especial	N/C	777278663	729968174,4	93,91%
00M1 - Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio funeral e natalidade.	Pessoa Beneficiada Unidade	5924377	5889834,92	99,42%

1- Somatório de Serviço de Processamento de Dados de Benefícios de Legislação especial e Serviço de processamento de dados do FRGPS.

2- Somatório Remuneração dos serviços postais e demais despesas.

3- Somatório de Assistência Médica e Odontológica Cívica - Complementação da União e Exames periódicos - Cívica.

4- Somatório de Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares - Despesas diversas e Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos servidores civis e de empregados.

5- Somatório de Precatórios e Precatório oriundo da Justiça Comum Estadual (FRGPS).



Durante o exercício foram estabelecidas 35 ações sob responsabilidade do INSS. Da análise da Auditoria, há um equilíbrio entre o planejamento e a execução em face do atingimento de meta correspondente a 30 (trinta) ações, conforme demonstrado abaixo.

Status	Quantidade de Ações	Percentual
Sem Execução	01	2,86%
Aquém da Previsão (<50%)	02	5,71%
Atenção (<70%)	02	5,71%
Meta Atingida (>70%)	30	85,71%

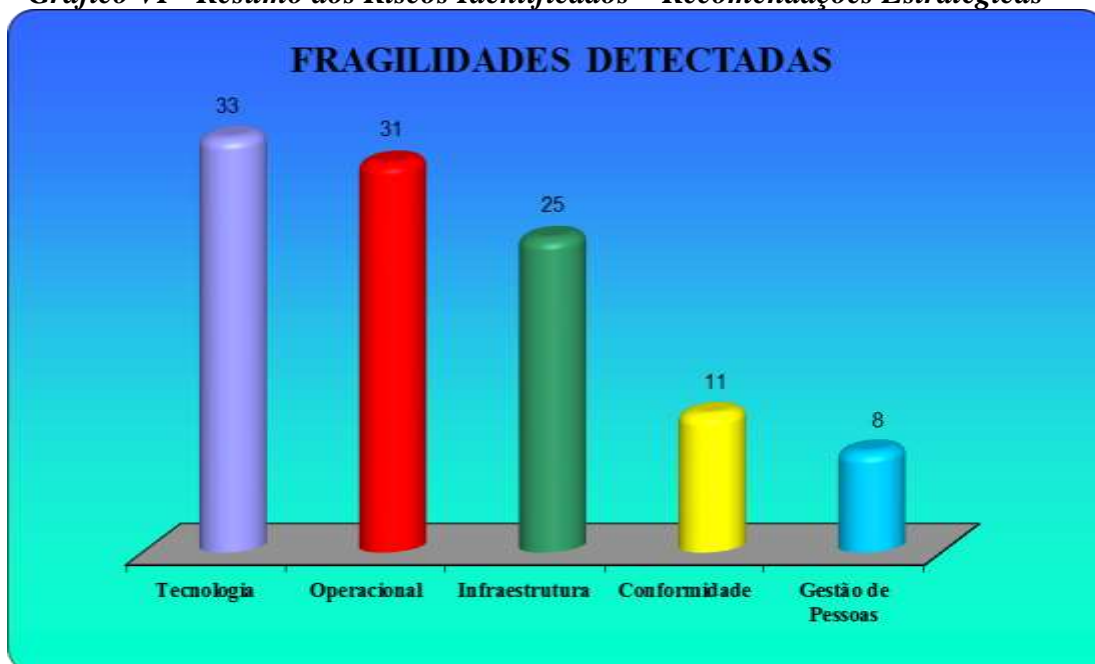
7.6. Avaliação dos Controles Internos Administrativos

Este item destina-se a revelar, em síntese, o alcance dos objetivos das diretrizes traçadas pela Auditoria-Geral e suas projeções e os principais resultados que contribuiram para a melhoria da gestão e dos processos de trabalho, seus aspectos quantitativos e qualitativos, cujos relatórios consolidados encontram-se gravados em mídia CD, que acompanha este relatório.

7.7. Fragilidades Identificadas

Em razão dos trabalhos realizados, foram formuladas Recomendações Estratégicas constantes do **Anexo III – Recomendações Estratégicas da Auditoria Interna** considerando os riscos de Tecnologia, Gestão Operacional, Infraestrutura, Conformidade e Gestão de Pessoas.

Gráfico VI - Resumo dos Riscos Identificados – Recomendações Estratégicas



Fonte: Relatórios Finais Consolidados 2014

As informações a seguir ressaltam as principais fragilidades identificadas nos Trabalhos de Auditoria realizados por áreas, enfocando os riscos, os impactos e as medidas mitigadoras propostas.

ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Achados: As informações prestadas pelas Instituições Bancárias, relativas às datas dos créditos das provisões, apresentaram inconsistências no período avaliado em relação à amostra selecionada; Complexidade dos atos normativos internos e as cláusulas contratuais, referente à prova de vida e renovação de senha; Instruções desatualizadas e análises não padronizadas pelas unidades nos processos de cobranças de Instituições Bancárias, referentes aos pagamentos de benefícios pós-óbito; Controles internos, processados manualmente, para batimento físico x financeiro (CONPAG X GRU), referente à remuneração de pagamento de benefícios devida ao INSS pelas instituições financeiras contratadas; Processos controlados por planilhas e cálculos realizados manualmente contribuem para tornar mais complexa as rotinas e procedimentos em relação à cobrança administrativa e bancária e ainda, de medidas judiciais, quando necessárias, pela Procuradoria Federal Especializada – PFE.

Efeitos: Procedimentos realizados de forma mais demorada e não padronizada na consistência das informações prestadas pelas Instituições Bancárias, relativas às datas dos créditos das provisões registradas no sistema; Recuperação mais lenta dos valores referente à pagamento indevido de benefícios após o óbito dos beneficiários.

Aperfeiçoamentos implementados: Atualização de normativos e orientações na adoção de procedimentos visando a melhoria das rotinas operacionais, relativos ao provisionamento e acertos de contas; Conformidade e padronização na execução dos serviços contratados e consistência dos pagamentos realizados; Aprimorando nos procedimentos administrativos, e ainda, a implementação de sistemas tendo como objetivo o aperfeiçoamento dos controles internos; Revisão de normativos e treinamentos para melhoria e celeridade dos procedimentos em todas as fases processuais quanto às cobranças visando o ressarcimento ao erário, por consequência de pagamentos indevidos de benefícios pós-óbito.

LOGÍSTICA, ENGENHARIA E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Achados: Formalização de procedimentos licitatórios deficientes quanto à contratação, termos aditivos e execução dos Contratos, assim como na gestão dos contratos compreendendo os aspectos técnicos, administrativos, projetos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, supressões e acréscimos, instalações, garantias, aditamentos, acompanhamento, fiscalização, paralisação da obra, pagamentos, dentre outros.

Efeitos: Contratações com especificações incorretas; Pagamentos indevidos e descumprimentos de obrigações contratuais.

Aperfeiçoamentos implementados: Adoção de medidas estratégicas reforçando a necessidade de melhorias na elaboração de contratações observando as especificações envolvendo o objeto; Capacitação de gestores e orientações visando melhoria nos controles internos e supervisão adequada e eficiente em relação à execução da prestação de serviços e realização das obras para salvaguardar os ativos da instituição.

GESTÃO DE PESSOAS

Achados: Na avaliação das concessões de Auxílios-Transporte aos servidores, foram identificadas necessidades de aperfeiçoamento nos procedimentos e fluxos, bem assim definições de requisitos para a concessão do pagamento com utilização de transportes intermunicipais seletivos, não previstos na Consolidação dos Atos Normativos de Recursos Humanos; Gratificações implantadas em ficha financeira do servidor necessitando de revisões; Apropriações de ocorrências de faltas justificadas e atrasos, saídas antecipadas não compensadas, classificadas incorretamente como reposições ao erário.

Efeitos: Concessões de auxílios-transporte para uso de transportes seletivos intermunicipais sem a normatização específica; Registros inadequados no Sistema de Pagamento envolvendo a reposição ao erário.

Aperfeiçoamentos implementados: Aperfeiçoamento nos controles internos visando a adequação dos procedimentos e definição de requisitos relativos à concessão e pagamento dos Auxílios-Transporte, por meio de normatização específica dirimindo questionamentos quanto à utilização de transportes intermunicipais seletivos; Uniformização e correção dos procedimentos de apropriação de descontos em folha de pagamento relativos às ocorrências registradas na frequência do servidor e não compensadas; Supervisão e orientação das unidades técnicas descentralizadas.

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Achados: Alto índice de represamento de RI não enviado aos entes federativos; Ausência de integração entre sistemas para identificação da existência de débitos previdenciários do RPPS para o RGPS.

Efeitos: Demora no retorno financeiro.

Aperfeiçoamentos implementados: Revisão de normativos, integração de sistemas, melhoria nos procedimentos, fluxos e sistemas corporativos da compensação previdenciária.

RECONHECIMENTO DE DIREITO

Achados: Acompanhamento sistemático e tempestivo dos processamentos no momento de agendamento, habilitação e reconhecimento do direito dos benefícios requeridos nas unidades

do INSS, permitiu evitar a concessão indevida e conseqüentemente o pagamento indevido de benefícios.

Efeitos: Risco de reconhecimento e pagamentos indevidos.

Aperfeiçoamentos implementados: Aperfeiçoamento dos controles internos administrativos, por melhorias implementadas nos Sistemas Corporativos; Cruzamentos periódicos entre bases de dados internas e externas disponíveis; Atualização de Normativos e Implementação de ações, de natureza preventiva ou de detecção, visando redução dos riscos e alcance dos objetivos da instituição.

MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS

Achados: Na análise de Pagamentos Alternativos de Benefícios e Créditos Diários, no exercício, obtidos por meio de cruzamentos de bases e extrações de dados, verificou-se que 91% foram regulares, sendo bloqueados e não pagos quase a totalidade dos outros 9% referente aos pagamentos tidos como irregulares, por consequência de duplicidade, valores majorados ou concomitância de pagamentos processados para um mesmo benefício ou acumulação indevida entre espécies e beneficiários; procedimentos de revisão e reativação por determinação judicial. Os dados cadastrais dos beneficiários referente à folha de pagamento do Regime Geral de Previdência Social, também foram ponto de atenção nas atividades realizadas pela auditoria interna, com foco na qualidade e consistência da informação contida no cadastro, observando indícios de manutenção indevida por registro de óbito, duplicidade, acumulação indevida, por falhas ocasionadas por ausência ou inconsistências dos dados cadastrais dos beneficiários.

Efeitos: Pagamentos em duplicidades ou indevidos, gerando prejuízos ao INSS.

Aperfeiçoamentos implementados: Adequação dos Sistemas Corporativos visando segregação de funções, automatização de encontro de contas e cruzamentos periódicos entre bases de dados internas e externas disponíveis; Sinalização de existência de créditos em duplicidades; Implementação de medidas, rotinas e fluxos tornando obrigatório o registro de ocorrências, atualização de dados cadastrais e aperfeiçoamento dos controles internos administrativos.

Benefícios por Incapacidade

Achados: Na análise de procedimentos e auxílio à gestão no que diz respeito a supervisão técnica e atos da perícia médica dos benefícios por incapacidade, foi identificado que os gestores dos Serviços/Seções de Saúde do Trabalhador nas Gerências Executivas, não utilizam sistematicamente os Sistemas Corporativos da Instituição, não realizam supervisão sistemática no desempenho dos gestores do Controle Operacional do SABI e não realizam rotineiramente, avaliação dos laudos médicos periciais por amostragem; Em relação aos serviços de Reabilitação Profissional, o controle de qualidade dos trabalhos realizados pelos profissionais não estão sendo auferidos por intermédio do Qualitec; Nas unidades auditadas o serviço de Reabilitação Profissional e do Serviço Social não estão adequados nos aspectos da estrutura física, de equipamentos e de recursos humanos, de forma a desenvolver o efetivo desempenho

das atividades de gestão e de execução. Significativo percentual de benefícios por incapacidade de longa duração em determinadas unidades, inclusive as implementações por extermiões judiciais. O indicador Tempo Médio de Espera da Avaliação do Potencial Laborativo- TMEAPL não reflete o tempo médio de espera em determinados casos o que torna deficiente o gerenciamento das atividades médicos-periciais e de reabilitação profissional, especialmente na tomada de decisão e estabelecimento de meta e resultado.

Efeitos: Comprometimento da qualidade do atendimento e dos laudos elaborados pelos Peritos Médicos Previdenciários; imprecisão na identificação da demanda para determinadas unidades e consistência no indicador e alto índice de segurados em manutenção de longa duração e em programa de reabilitação profissional.

Aperfeiçoamentos implementados: Aperfeiçoamento dos controles internos administrativos sobre as atividades médico-periciais, programa de reabilitação profissional e do serviço social, bem assim, qualidade dos laudos em decorrência de realização de perícias; Aperfeiçoamento dos nos Sistemas Corporativos e métodos de avaliação; Implementação de plano de trabalho e Aprimoramento na supervisão e avaliação das atividades e procedimentos de Perícia Médica em relação aos benefícios por incapacidade; Capacitação, orientação e treinamento do corpo técnico; Implementação de melhorias de infraestrutura nas unidades do INSS e Revisão nos insumos para o cálculo do indicador TMEAPL, bem como uniformização de procedimentos.

7.7.1 Resultados Financeiros

Registra-se que nas ações de auditoria desenvolvidas, foram identificados prejuízos decorrentes de valores pagos indevidamente, assim como economias obtidas pela revisão de alíquotas em contratos de prestação de serviços, ou ainda benefícios que tiveram sua concessão irregular. O quadro a seguir sintetiza os resultados obtidos:

ÁREA	PREJUÍZOS IDENTIFICADOS	ECONOMIAS/BLOQUEIOS/ RECUPERAÇÃO
Logística	R\$ 132.497,16	R\$ 87.613,58
Gestão de Pessoas	R\$ 24.097,61	-
Benefícios	-	R\$ 43.196.646,05

8. Aperfeiçoamento nos Controles Administrativos da Entidade

Plano de Comunicação do INSS

Com a publicação da Resolução nº 408 /PRES/INSS, de 07/05/2014 foi aprovado o Plano de Comunicação do INSS para o exercício de 2014 e estabeleceu procedimentos. A execução do Plano de Comunicação para o exercício de 2014 teve caráter participativo e descentralizado, com o envolvimento das Assessorias e Seções de Comunicação Social, bem como das demais áreas técnicas na Administração Central, Superintendências Regionais, Gerências-Executivas e Agências da Previdência Social.

Criação de Sistemas

- Resolução Nº 463 /PRES/INSS, de 24/12/2014, instituiu o Sistema de Pagamento de Benefícios administrados pelo INSS – SISPAGBEN, como ferramenta de transferência e controle dos recursos encaminhados às instituições financeiras para pagamento dos benefícios administrados pelo INSS.

O SISPAGBEN, implantado em 2 de janeiro de 2015, é de uso obrigatório para todos os pagamentos oriundos da folha de benefícios administrados pelo INSS, sendo vetado o uso de qualquer outro meio ou ferramenta com a mesma finalidade, a partir da referida data.

O acompanhamento e controle da receita da folha de benefícios administrados pelo INSS será realizado pelo SISPAGBEN, assim como o acerto de contas perante as instituições financeiras.

- Resolução Nº 452 /PRES/INSS, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014 instituiu o Sistema de Registro de Atividades Médico-Periciais.
- Resolução Nº 391 /PRES/INSS, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014 instituiu o Sistema de Gestão de Contratos – GCWeb.

Publicação /Atualização de Manuais

Considerando a necessidade de revisões e atualizações nos manuais elaborados pelas áreas, tendo em vista alterações na legislação e nas rotinas de execução, houve a publicação de novas versões de manuais e de procedimentos para a atualização, conforme segue:

- Despacho Decisório nº 3/AUDGER/INSS, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014, referente à revisão e atualização promovidas no Manual de Auditoria Interna, em razão da necessidade de aprofundamento de alguns conceitos, bem como a atualização de procedimentos e a inserção de novos temas relacionados à atividade de auditoria interna.

- Despacho Decisório nº 1 /DIRBEN/INSS, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014, referente a atualização do Manual do Monitoramento Operacional de Benefícios - Apuração de Índícios de Irregularidades.
- Despacho Decisório nº 1 /DIRSAT/INSS, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014, referente alterações no Manual de Gestão do Serviço/Seção de Saúde do Trabalhador.
- Despacho Decisório nº 1 /CNAC/PRES/INSS, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 , trata-se de alterações e inclusões necessárias ao Manual de Atos e Comunicações do INSS, constatada sua necessidade de atualização, em especial quanto à inserção da nova identidade visual da autarquia e atualização em relação às modificações realizadas na Resolução nº 70/INSS/PRES, de 2009, por meio da Resolução nº 384/PRES/INSS, de 29 de janeiro de 2014.
- Despacho Decisório nº 17 /DIROFL/INSS, DE 14 DE ABRIL DE 2014 referente a alterações e inclusões necessárias ao Manual de Procedimentos e Rotinas de Suprimentos e Serviços Gerais visando adequação e atualização das normas vigentes.
- Resolução Nº 388 /PRES/INSS, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014 aprovou o Manual de Gestão das Redes Locais nas Unidades do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Grupos de Trabalho

Durante o exercício foram constituídos Comitês e Grupos de Trabalho pelas diversas áreas da Instituição, com objetivos específicos, conforme a seguir:

- Portaria nº 1.053/PRES/INSS, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014 constituiu Grupo de Trabalho – GT, com o objetivo de orientar, apoiar e implantar sistemáticas de trabalho relacionadas ao controle de material permanente do INSS na Administração Central, Superintendências Regionais e Gerências-Executivas.
- Portaria nº 1.221/PRES/INSS, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014 referente a recondução do Grupo de Trabalho – GT, constituído com o objetivo de avaliar a demanda e lotação ideal de peritos médicos nas unidades de atendimento do Instituto.
- Portaria nº 1.184/PRES/INSS, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014 referente a constituição de Grupo de Trabalho para desenvolvimento de sistema e padronização de procedimentos para recepção remota de requerimentos.
- Portaria nº 1.081 /PRES/INSS, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014 referente a constituição de Grupo de Trabalho para realização de estudos sobre a adoção de biometria como método de identificação nos processos do INSS.
- Portaria nº 715 /PRES/INSS, DE 20 DE JUNHO DE 2014 referente a constituição de Grupo de Trabalho para definição de parâmetros e diretrizes de ferramenta de gestão do relacionamento com o cidadão.
- Portaria nº 575 /PRES/INSS, DE 23 DE MAIO DE 2014 referente a constituição de Grupo de Trabalho com o objetivo de revisar procedimentos de atendimento para concessão de benefícios por incapacidade.
- Portaria nº 163/PRES/INSS, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014 referente a constituição de Grupo de Trabalho para fins de construção, avaliação, validação e homologação do Sistema Gestão de Contratos - GCWeb.

- Portaria nº 423 /PRES/INSS, DE 22 DE ABRIL DE 2014 referente a constituição de Grupo de Trabalho com a finalidade de atuar no Projeto de Reformulação do Portal do INSS na Intraprev.
- Portaria nº 59 /PRES/INSS, DE 22 DE JANEIRO DE 2014 referente a constituição de Grupo de Trabalho com a finalidade de definir os critérios de avaliação para designação e nomeação de cargos em comissão e função comissionada.
- Portaria nº 1.024 /PRES/INSS, DE 25 DE AGOSTO DE 2014 que aprovou o Plano de Ação para execução de procedimentos contidos no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201406276.
- Portaria nº 805 /PRES/INSS, DE 9 DE JULHO DE 2014 estabeleceu procedimentos relativos a processos de compensação previdenciária.
- Portaria nº 1.501 /PRES/INSS, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014 constituiu Comissão Permanente de Avaliação de Documentos para fins de avaliação, seleção e destinação de documentos e aprova o seu Regimento Interno.
- Portaria nº 1.491 /PRES/INSS, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014 dispôs sobre a instituição de equipe de apoio ao desenvolvimento de sistemas no âmbito do INSS.
- Portaria nº 1.348 /PRES/INSS, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014 referente a constituição do Comitê Gestor Nacional de Avaliação de Desempenho dos Peritos Médicos Previdenciários - CGNADPMP.
- Portaria nº 1.179/PRES/INSS, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014 que promoveu a divulgação dos indicadores estratégicos utilizados para avaliação do Regime Especial de Atendimento em Turnos.

8.1. Regularidade dos Procedimentos Licitatórios

Na forma do inciso IV, do artigo 7º, da IN SFC/CGU Nº 01/2007, registra-se que os processos licitatórios, objeto de amostragem para fins de avaliação quanto à regularidade dos procedimentos relativos às fases interna e externa de licitação, bem como a formalização dos contratos, aditivos e a execução dos serviços, se apresentam no **Anexo VI – Resumo dos Processos de Licitação**, referentes às Ações nº 03/2014 – Auditoria no Processo de Gestão das Obras de Construção e Reforma das Unidades do INSS e 04/2014 – Auditoria no Processo de Gestão das Contratações de Serviços de Prestação Continuada, compondo de informações relacionadas ao objeto, valor, fundamentação, identificação de responsáveis pelo INSS e pela Contratada e das principais fragilidades.

8.2. Verificação da Consistência da Folha de Pagamento de Pessoal

Dos trabalhos realizados objeto da Ação 05 - Auditoria nos Processos de Gestão de Pessoas do INSS, foram evidenciadas fragilidades que ocasionaram valores a ressarcir, no montante de R\$ 24.097,61 (vinte e quatro mil, noventa e sete reais e sessenta e um centavos), conforme o **Anexo VII – Consistência da Folha de Pagamento de Pessoal** e síntese das informações:

Tabela XV – Valores Apurados a Regularizar

(R\$)

Ação	Objeto	Servidores/Instituidores auditados	Valor apurado a regularizar
05	Vale Transporte	130	24.097,61
05	Reposição ao Erário	74	0,00
TOTAL		204	24.097,61

Fonte: Trabalho de Auditoria nº 05/2014

Os recursos disponibilizados para custear a Folha de Pagamento de ativos, inativos e pensionistas, competência 12/2014, totalizaram o montante de R\$ 794.252.740,72 (setecentos e noventa e quatro milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e quarenta reais e setenta e dois centavos), conforme demonstrativos a seguir:

Tabela XVI – Despesas Correntes – Folha de Pagamento

Folha de Pagamento-mês 12/2014 – Ativos e Inativos – R\$	
Aposentadorias do RPPS Reserva Remunerada Reforma Militar	249.038.289,45
Contrato Por Tempo Determinado	36.011,32
Vencimento e Vantagens Fixas	432.970.193,42
Outras Despesas Variáveis	2.001.994,99
Sentenças Judiciárias	986.622,92
Exercícios Anteriores	815.369,59
Aplicações Diretas	24.390.415,89
Total - Despesas Correntes	710.238.897,58

Folha de Pagamento-mês 12/2014 – Pensionistas – R\$	
Aposentadorias do RPPS Reserva Remunerada Reforma Militar	20.717,38
Pensões do RPPS e do Militar	83.657.215,62
Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	113,08
Sentenças Judiciais	183.979,32
Despesas de Exercícios Anteriores	92.360,86
Aplicações Diretas	59.456,88
Total - Despesas Correntes	84.013.843,14

Fonte: SIAPENET/Demonstrativo Despesa Com Pessoal – DDP/Despesas Correntes Folha Normal 12/2014

9. Fatos Relevantes de Natureza Administrativa ou Organizacional Ocorridos na Entidade com Impacto sobre a Auditoria Interna

Comitê de Controle Interno

A publicação da Portaria/MPS nº 419, de 26/09/2013, instituiu o Comitê de Controle Interno Administrativo (CCIA), no âmbito do Ministério da Previdência Social (MPS) e de suas entidades vinculadas, atribuindo ao Assessor de Controle Interno do MPS a sua Coordenação, e as Auditorias Internas (INSS, PREVIC e Dataprev) a condição de membro da equipe de trabalho designada, cuja finalidade é de manter permanente acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo Controle Externo e Sistema de Controle Interno do Poder Executivo. Das providências adotadas durante o exercício, tornou-se possível a obtenção dos resultados:

Sistematização dos registros relativos às Determinações do Tribunal de Contas da União –TCU e da Controladoria-Geral da União – CGU.

Uniformização de procedimentos e controles relativos ao cadastramento e acompanhamento das demandas oriundas dos Órgãos de Controle.

Elevação do índice de atendimento às Determinações e Recomendações dos órgãos de Controle Interno e Externo.

Novos Servidores

Durante o segundo semestre, a Auditoria Geral do INSS recebeu o total de 04 (quatro) Analistas Previdenciários, admitidos por Concurso Público realizado em 2014, com formação nas áreas de Contabilidade, Estatística e Administração.

Na etapa inicial de capacitação desses servidores, foram apresentados pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS – CFAI os diversos aspectos envolvendo as atividades fim e meio da Instituição, como parte do processo de ambientação, sendo posteriormente inseridos em atividades internas e capacitações específicas de auditoria, complementando o processo de treinamento para o exercício das atividades nas áreas de atuação da Auditoria Interna.

Grupos de Trabalho constituídos pela Portaria PRES/INSS N° 1024 de 25/08/2014

Foi constituído Grupo de Trabalho, visando verificar procedimentos adotados pelas áreas responsáveis, para regularização de constatações registradas no Relatório Anual de Contas, referente à Prestação de Contas do exercício de 2013, sendo apresentados em síntese os resultados obtidos:

GRUPO I - Acompanhamento CNIS/SIBE

Escopo:

Levantamento e análise dos documentos relacionados aos pontos de constatação mencionados no Relatório nº 201406276, especialmente nos registros apontados sobre os atrasos na implementação do Portal CNIS-SIBE.

Resultado do Exame:

As diversas alterações que impactaram no andamento dos projetos se deram em razão de atos normativos de alta relevância ou modificações estratégicas, que foram feitas através de decisões tomadas com envolvimento de todas as áreas competentes do INSS e da Dataprev.

Conclusões:

O que se concluiu foi que, apesar das instabilidades, o Portal CNIS e o SIBE BPC encontram-se em produção e tiveram o seu desempenho melhorado no decorrer dos anos de 2013 e 2014.

Foi ressaltado que em nenhum momento, houve paralisação do desenvolvimento dos sistemas, sendo constantemente trabalhados os defeitos e as melhorias de forma contínua.

A cada ano alterações legais provocaram impacto, tanto no CNIS quanto no SIBE e houve diversas modificações nas prioridades para atender essas demandas que desviaram o curso do projeto, entretanto, essas intercorrências devem ser consideradas como aceitáveis no processo de desenvolvimento de sistemas complexos, razão pela qual não é possível atribuir responsabilidade pessoal pelo atraso da conclusão da implantação dos sistemas na sua integralidade.

Tem que se salientar que no decorrer do processo de desenvolvimento dos novos sistemas foram mantidos os serviços nos ambientes legados, de modo a não comprometer excessivamente os indicadores operacionais do INSS.

Considerou-se também que o ônus do processo de migração é significativo e tem contribuído para ocorrência de diversos incidentes nos sistemas ao longo destes anos, dada a complexidade da gestão de integração entre as soluções legadas e a migração dos dados e as implantações das novas funcionalidades. A evolução do processo de transição tem esta preocupação como ponto fundamental para conclusão da transição para as novas tecnologias.

Aperfeiçoamentos:

- a) implementar sistema de gestão de documentos (gerir informação não estruturada – doc, automatizar processos manuais);
- b) garantir a homogeneidade dos aplicativos – portal CNIS/SIBE x sistemas acessórios (GERID, SIPPS e SDC);



- c) investir em gestão de projetos (sem acúmulo de funções); e
- d) manter a organização e atualização dos documentos relacionados ao projeto Portal CNIS/SIBE e manter histórico.

GRUPO II - Morosidade na Cobrança Administrativa e Análise de Processos Passíveis de Instauração de TCE

Escopo:

Levantamento e análise dos documentos relacionados aos pontos de constatação mencionados no Relatório nº 201406276, especialmente nos registros apontados sobre cobrança administrativa e análise de processos passíveis de instauração de TCE.

Resultado do Exame:

Neste tópico foram apresentadas as providências adotadas pelas áreas responsáveis regimentalmente para eliminar ou reduzir a constatação da CGU de “Morosidade na cobrança administrativa e análise de processos passíveis de instauração de Tomada de Contas Especial”, destacando-se:

a) Revisão de Normativos:

i) Instrução Normativa nº 74/PRES/INSS, de 3 de outubro de 2014, publicada no DOU nº 192, de 6 de outubro de 2014, que dispõe sobre procedimento de apuração e cobrança administrativa de valores devidos ao INSS, revogando a Instrução Normativa nº 49 INSS/PRES, de 16 de dezembro de 2010;

ii) Memorando-Circular Conjunto nº 9/DIROFL/DIRBEN/INSS, de 7 de novembro de 2014, que orienta sobre a Cobrança Administrativa aos agentes pagadores de benefícios, tornando sem efeito o Memorando-Circular Conjunto nº 40/DIROFL/DIRBEN/INSS, de 5 de agosto de 2010;

b) Implementação do Módulo de Cobrança Administrativa e Aplicação de Multas do sistema Monitor

Conforme reuniões realizadas pela Diretoria de Benefícios com a DATAPREV a previsão de implementação do módulo de cobrança administrativa e aplicação de multas no sistema Monitor acontecerá no 2º Semestre de 2015, de acordo com a priorização de trabalhos para a DATAPREV a ser aprovada pela Diretoria do INSS.

c) Conclusão dos trabalhos referente ao Ofício 352 / GABPRES / INSS de 2/6/2014.

Esta demanda foi dirigida pela DIRBEN - CMOBEN e acompanhada pela ferramenta própria de controle, onde foram coordenados os trabalhos de movimentação dos processos de cobrança administrativa junto as GEX - vinculados ao Ofício nº 352/GABPRES/INSS - obtendo avanços expressivos.

A Diretoria de Benefícios expediu o Memorando-Circular Conjunto nº 48 em 16.12.2014, que trata do Termo de Compromisso que deve ser assinado pelo Gerente da APS, Chefes de Serviço/Seção de Atendimento, Chefes de Divisão/Serviço de Benefícios, Gerentes-Executivos e Superintendentes Regionais, contendo o cronograma para conclusão dos trabalhos.

d) Fortalecimento da integração operacional e tempestiva das equipes do MOB e TCE.

e) Manuais de Cobrança Administrativa e do Monitoramento Operacional de Benefícios.

O manual de cobrança administrativa encontra-se em fase de elaboração para divulgação interna, visando à participação dos servidores que atuam no procedimento de cobrança, com previsão de conclusão em junho/2015.

O Manual do Monitoramento Operacional de Benefícios - MOB foi atualizado por meio do Despacho Decisório nº 1/DIRBEN/INSS publicado em 06 de outubro de 2014, contemplando alterações que orientam e facilitam a compreensão do servidor quanto à apuração de indícios de irregularidades.

f) Acompanhamento dos procedimentos relativos à cobrança administrativa

Está sendo realizado pela Auditoria Interna e o monitoramento pela Diretoria de Benefícios/CMOBEN, utilizando a ferramenta própria de controle.

Ressaltou-se que, no exercício de 2014 o quantitativo de procedimentos de cobrança realizada foi significativamente superior ao do exercício de 2013. Além disso, a cobrança administrativa será priorizada com a sua inserção no Indicador MOB / Plano Anual de Ação do INSS de 2015 conforme a Resolução PRES/INSS nº 454 de 10/11/2014 com a inclusão dos benefícios das prioridades 1 a 10 em fase de cobrança administrativa com data da conclusão da apuração igual ou inferior a 31/10/2014, tendo a APS como sua abrangência.

Conclusões:

O subgrupo focou em aspectos práticos, sistêmicos e oportunos para os ritos de cobrança administrativa no INSS, conseguindo resultados efetivos com: a publicação da IN nº 74/PRES/INSS, de 03/10/2014; atualização do Manual do MOB em 06/10/2014; Memorando - Circular Conjunto nº 9/DIROFL/DIRBEN/INSS, de 07/11/2014; e Memorando - Circular Conjunto nº 48 / DIRBEN/ DIRAT/ DIROFL/INSS, de 16/12/2014.

Obteve-se uma redução de 55%, entre 02/06/2014 e 12/12/2014, nos estoques de processos de cobrança administrativa, através do efetivo monitoramento de ações direcionadas às GEX, mobilizando recursos logísticos para a gradual redução do estoque de processos passíveis de cobrança administrativa, inclusive com direcionamento de esforços nas maiores GEX com tal demanda. Também houve os oportunos Simpósios nas Superintendências, inclusive com capacitação, onde a padronização de procedimentos teve lugar de destaque nas discussões entre gestores.

É evidente que a morosidade na cobrança de restituição ao erário de valores recebidos indevidamente possa trazer um prejuízo aos cofres públicos, mas ao se concretizá-la os valores são atualizados monetariamente. Verificou-se também, no decorrer dos trabalhos que os segurados ao entrarem na justiça, até que o processo seja transitado em julgado, com sentença definitiva, a cobrança é suspensa, tanto para o segurado, quanto para o servidor que possa ter dado causa ao prejuízo.

Aperfeiçoamentos:

- a) aprovar e publicar os Manuais de Cobrança e de TCE (até 06/2015);
- b) implementar o módulo de Cobrança Administrativa e Aplicação de Multas no Sistema Monitor (até 30/10/2015); e
- c) implementar o Sistema GRU Cobrança Administrativa e Aplicação (até 30/10/2015).

GRUPO III - Compensação Previdenciária – COMPREV

Escopo:

Levantamento e análise dos documentos relacionados aos pontos de constatação mencionados no Relatório nº 201406276, especialmente no atraso das providências recomendadas sobre o processo de compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social.

Resultado do Exame:

a) A cobrança ineficiente dos valores devidos ao RGPS pelo RPPS, em decorrência da falta de celebração de convênio entre o MPS e o RPPS para a operacionalização e concessão de acesso aos sistemas que possibilitam a compensação previdenciária, com impacto negativo estimado em 9 milhões mensais para o RGPS, e montante acumulado estimado em R\$ 900 milhões (dados relativos a ago/2013).

b) As contribuições previdenciárias devidas pelos entes ao RGPS não estavam sendo devidamente descontadas quando do processo de compensação financeira, equivalendo a um montante de cerca de R\$ 361 milhões (dados relativos a ago/2008).

c) Ausência de critérios para a seleção dos requerimentos de compensação financeira encaminhados pelos RPPS para análise pelo INSS, expondo a entidade ao risco de manipulação, direcionamento e fraudes na execução do referido processo.

d) Falta de reciprocidade na análise dos requerimentos de compensação financeira entre o RGPS e o RPPS, com um impacto estimado em R\$ 66 milhões anuais (dados relativos a ago/2013).

Conclusões:

Das recomendações formuladas pela CGU referentes à Compensação Previdenciária foram implementadas, no Sistema Comprev, a automatização da Ordem Cronológica com critérios para a consulta e seleção dos requerimentos de compensação financeira encaminhados pelos RPPS para análise pelo INSS, consulta requerimentos dos entes não conveniados e o bloqueio e desbloqueio de forma automática, dos valores de compensação previdenciária, devidos aos entes federativos, por ausência/regularização do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. Encontra-se em fase de homologação à demanda referente a simulação dos valores dos entes não conveniados e da proporcionalidade para bloqueio, ou seja, reciprocidade na análise dos requerimentos de compensação financeira entre o RGPS e o RPPS.

Esse tema foi amplamente divulgado na 51ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social - Conaprev, realizada nos dias 4 e 5 de dezembro de 2014, sendo alertado a todos os Entes Federativos participantes sobre a necessidade de se adotar providências no sentido de que se proceda a análise dos requerimentos do RGPS Instituidor.

No que se refere demanda de consulta nos sistema da Receita Federal do Brasil – RFB para verificação da existência de Débitos Previdenciários, ou seja, a consulta a existência de Certidão Negativa de Débito de forma automatizada, encontra-se sem atendimento até o momento, que teve seu processo interrompido pela alteração da forma de emissão da certidão pelo MF.

Ressaltou-se que foi implementado o indicador do Comprev para o ano de 2015, que medirá a idade média para consolidação dos requerimentos do Regime Geral de Previdência – RGPS como Regime Instituidor devidos pelos entes federativos, conforme disposto na Resolução PRES/INSS nº 460, de 16 de dezembro de 2014.

Em relação ao processo cadastrado sob comando nº 380321778 formalizado pela Diretoria de Benefícios para a aplicação de sanções à Dataprev pelo não cumprimento dos cronogramas de entrega das demandas, resultou em proposta de aplicação de multa no valor de R\$ 154.193,29 (cento e cinquenta e quatro mil, cento e noventa e três reais e vinte e nove centavos) vai ao encontro do disposto pelo Tribunal de Contas da União - TCU no Acórdão nº 7827/2013 – 1ª Câmara que consignou o seguinte ao INSS: “atue junto à Dataprev para implementação das demandas relacionadas à compensação previdenciária entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência Social, aplicando as sanções previstas em contrato, se necessário”.

Portanto o sobrestamento das demandas durante os anos de migração, entre 2009 e 2012, ainda durante o prazo de garantia de noventa dias, impediu a implementação sistêmica de dispositivos normativos e impactando na realização das atividades desta Autarquia Previdenciária, considerando que muitas delas tiveram que ter tratamentos manuais.

Ressalte-se que durante o período de migração todos os trabalhos vinham sendo monitorados no âmbito do TCU em reuniões de acompanhamento do Programa de Modernização Tecnológica da Dataprev que implementava a solução prevista no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, referente ao Inquérito Civil Público nº 130012000011/2004-06, em especial o 17º parágrafo, quanto a eliminação da dependência tecnológica de equipamentos de mainframe da Unisys, as novas demandas somente seriam aceitas considerando aquelas oriundas de força de lei e/ou demandas oriundas de necessidade imperiosa imposta pelo negócio. A migração das bases, inclusive a do Comprev, estavam inseridas nesse contexto e tinham como participantes além do TCU, CGU, MPF, MPS, Dataprev, INSS, RFB. Havia um problema maior para sustentabilidade do funcionamento dos sistemas corporativos que atendiam a previdência e a Receita Federal que precisavam ser superados para garantir à continuidade dos serviços prestados a população.

Aperfeiçoamentos:

- a) simplificar procedimentos de troca de informações entre INSS x RFB x PGFN, promovendo alteração da Portaria Interministerial nº 410/2009;
- b) implementar cobrança de valores referente a compensação previdenciária dos entes sem ACT no Sistema Monitor;
- c) publicar minuta de Portaria Conjunta entre o MPS x INSS x PGF, para atender dispositivo no artigo 19-A da Portaria MPAS 6.209/99 (operacionalizar cobrança de valores de comprev devidos ao RGPS pelos entes que não celebraram acordo de cooperação técnica (Comando SIPPS 358242655, na DIRBEN desde 11/11/2014);
- d) glosar valor de R\$ 154.193,29 em razão da aplicação de sanções à Dataprev, devido o atraso no desenvolvimento das novas funcionalidades do COMPREV (Comando SIPPS 380321778, enviado à PFE em 23/12/2014 pelo Gabinete, para análise e decisão de recurso administrativo impetrado pela Dataprev).

GRUPO IV - Pagamento de Diárias de Forma Continuada

Escopo:

Levantamento e análise dos documentos relacionados aos pontos de constatação mencionados no Relatório nº 201406276, especialmente nos registros apontados sobre pagamentos de diárias de forma continuada.

Resultado do Exame:

Participa dessa análise a diversidade da Instituição, com assuntos e situações que afetam todas suas diretorias, uma vez que o subgrupo é composto por integrantes de 4 das 5 diretorias – DGP, DIRAT, DIRBEN e DIROFL – e da Auditoria-Geral, contando ainda com a participação ativa, durante as reuniões, da Corregedoria-Geral e da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

Com base nas informações fornecidas diretamente pelas áreas afetas às Diretorias em âmbito da Administração Central, das Superintendências e das Gerências Executivas sobre as atividades que mais têm demandado pagamento de diárias, com a identificação das atividades, suas possíveis causas e ações que podem ser adotadas com vistas à redução dos casos de diárias em caráter continuado.

Como parte resultante das reuniões do subgrupo, onde buscou-se entender a origem das situações que tem causado pagamento de diárias de forma continuada, para assim buscar propostas e alternativas que possam reduzir sua incidência, foi elaborada a matriz SWOT sobre o assunto abordado.

Durante a realização dos exames, também foi levantada a situação de diárias para o ano de 2014, na qual foram identificados 960 servidores que ultrapassaram 40 diárias acumuladas no exercício de 2014, desses, 21 servidores haviam ultrapassado 180 diárias no exercício e, desses 21, 16 são reincidentes que acumularam mais de 180 diárias nos exercícios de 2013 e 2014,

sendo essa pesquisa levada ao conhecimento dos Diretores e do Gabinete da Presidência em reunião de diretoria.

Conclusões:

As propostas elaboradas pelo subgrupo visam o fortalecimento dos controles de concessão de diárias do INSS, de forma a: (1) reduzir a quantidade de planilhas de aprovação e prover informações ao Presidente; (2) melhorar o uso dos recursos disponíveis; e (3) disciplinar a concessão de diárias de forma continuada tendo em vista o contexto do INSS.

Aperfeiçoamentos:

- a) Implementar mais uma camada do controle compartilhando a autorização, com a pré-aprovação pelo Gerente Executivo, SR e Diretores;
- b) Promover gestões junto ao Ministério do Planejamento para implementar melhorias no SCDP;
- c) Acompanhar sistematicamente as solicitações e autorizações de diárias, passagens e indenizações utilizando a estrutura da Auditoria Interna.

Operações no combate ao crime previdenciário no Estado do Maranhão pela Força Tarefa Previdenciária (DPF/MPS/MPF) e Plano de Ação de Revisão de Benefícios elaborado pelo INSS

Em face da necessidade de agilizar as apurações das responsabilidades sobre possíveis benefícios com indícios de irregularidades deflagrados pela Força Tarefa Previdenciária no Estado do Maranhão, que no período de 2011 a 2013, foi constituído Grupo de Trabalho que realizou as apurações dos benefícios referente às operações Luto, Segunda Instancia, Caça Fantasma, Duas Caras, Tríade e Avantesma, conforme Portaria nº 435/PRES/INSS, de 23/04/2014. A Auditoria Interna orientou os trabalhos de apuração.

Este grupo concluiu pela existência de irregularidades em benefícios componentes da amostra e conseqüentemente promoveu a suspensão dos mesmos, evitando a contínua perda financeira, pois até 31/10/2014 a manutenção destes somava R\$ 9.342.317,47 (nove milhões, trezentos e quarenta e dois mil, trezentos e dezessete reais e quarenta e sete centavos).

Do trabalho realizado foi possível verificar que no Estado do Maranhão, apesar da atuação da Força Tarefa Previdenciária em conjunto com INSS, faz-se necessário medidas preventivas para impedir a prática de crimes previdenciários que vem ocasionando perda financeira contínua à Previdência Social.

Os processos irregulares (84 benefícios) constatados pelo Grupo de Trabalho geraram, até 31/10/2014, um prejuízo ao erário de R\$ 9.342.317,47 (nove milhões, trezentos e quarenta e dois mil, trezentos e dezessete reais e quarenta e sete centavos).

Foi verificado que desses 84 (oitenta e quatro) benefícios identificados como irregulares, 47 destes são Pensão por Morte e a mensalidade de pagamento é o Valor do Teto Máximo de pagamento dos benefícios da Previdência Social.



10. Desenvolvimento Institucional e Capacitação da Auditoria Interna

Em que pese às restrições orçamentárias, que impactaram o processo de qualificação e profissionalização, durante o exercício de 2014, foram disponibilizados diversos eventos de capacitação, em sua maioria na modalidade de Ensino à Distância (EAD), e de forma presencial, conforme detalhamento das oportunidades e quantitativo de participantes.

Tabela XVII – Cursos Oferecidos x Oportunidades de Participação

Item	Capacitações	Participantes
1	Auditoria Governamental	23
2	Avaliação de Desempenho do Seguro Social	1
3	Broffice Cal	3
4	Broffice Write	1
5	CNIS e Contribuições	10
6	CNIS Segurado Especial	5
7	CNIS VRE	6
8	CNIS WEB	3
9	CONDEX	15
10	CONSIAFI	1
11	Contabilidade Básica	1
12	Controle e Auditoria Interna – Capacita	17
13	Controle na Administração Pública	2
14	Deveres e Proibições	5
15	Didática Básica	3
16	Disseminando Saúde e Qualidade de Vida	8
17	Ética no Serviço Público	12
18	Formação de Gestores	5
19	Formação de Pregoeiro	2
20	Gerenciamento de Projetos	15
21	Gestão de Equipe	23
22	Gestão de Materiais	7
23	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	11
24	Gestão Estratégica com Foco na Administração Pública	5
25	Gestão Estratégica de Pessoas	8
26	Gestão Orçamentária e Financeira	4
27	Gestão por Processo	8
28	Legislação Aplicada a Logística e Suprimento	8
29	Lei complementar 142	1
30	Lei de Licitação 8666/93	1
31	Matemática Financeira	1
32	Monitor SIBE	3
33	MYSQL For database administrators	3

Item	Capacitações	Participantes
34	Planejamento Governamental	2
35	Planilha e Formação de Preços	1
36	Reabilitação Profissional	1
37	Sala de Monitoramento	29
38	Segurado Especial	4
39	Segurança na Informação e Comunicação	1
40	SIBE I	6
41	SIBE II	4
42	SISAGE - Sistema de Agendamento	13
43	Capacitação "Integrando e Agregando conhecimentos na área de Gestão de Pessoas".	02
TOTAL		279

Item	Outros Eventos	Participantes
01	Alinhamento ao novo plano de Contas aplicado ao Setor Público	01
02	Workshop de Atualização em Rotinas Previdenciárias-Digitalização em Rede	01
03	Curso Superior de Política e Estratégia;	01
04	Especialização em Gestão de Pessoas	01
05	Seminário Internacional de Auditoria e Controle Interno	01
06	Seminário "Qualidade dos Serviços e Obras Públicas" do Sindicato dos Engenheiros	04
07	Mestrado em Ciência da Computação – área Gestão de Risco	02
08	10º Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública	04
TOTAL		15

Fonte: Informações da Auditoria-Geral e suas Projeções Regionais.

11. Informações sobre a Realização de Ações de Fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna

Controle de Demandas Externas (CONDEX Web)

Com o objetivo de aperfeiçoar os controles relativos às demandas do Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU) no âmbito deste Instituto, o Sistema de Controle de Demandas Externas (CONDEX) foi migrado para ambiente Web.

A nova versão possibilita o acompanhamento das demandas pelas projeções regionais de Auditoria, representando maior efetividade junto aos gestores em âmbito regional.

Houve a realização de capacitação para servidores das áreas estratégicas, aos servidores da Auditoria Interna, incluindo, ainda, um servidor lotado na Gerência Executiva São Paulo-Centro/SP, visando à disseminação de informações e ação piloto para avaliação do fluxo operacional e do desempenho do sistema.

Ações Compartilhadas com a Controladoria-Geral da União (CGU)

Em continuidade aos trabalhos iniciados no exercício de 2012, foram realizadas Ações de Auditoria compartilhadas com a CGU, destacando-se as atividades que foram desenvolvidas nas Agências da Previdência Social para avaliação da qualidade dos Laudos Médico Periciais, a formalização da documentação para o requerimento e concessão do Auxílio Doença, a adequabilidade das condições de perícia médica, o cumprimento de jornada, agenda e extra-agenda, totalizando 159 Ações de Auditoria.

Os trabalhos terão continuidade em 2015 com a realização de Ações de Auditoria nas Gerências Executivas e Diretoria de Saúde do Trabalhador.

Ressalta-se que esses trabalhos têm proporcionado o compartilhamento de conhecimentos e trocas de experiências entre os técnicos de Auditoria, aprimorando as técnicas e métodos de trabalho.

Projeto Bem Estar

A Auditoria Interna do Instituto Nacional do Seguro Social seguindo os preceitos da Carta de Princípios de Gestão e Governança, no que diz respeito ao cuidado com os Colaboradores, instituiu o Grupo de Trabalho PT nº 42, de 16/10/2014, com o objetivo de promover o levantamento de informações e elaboração de proposta de desenvolvimento e valorização de pessoal e da estrutura da Auditoria Interna do INSS, a partir da análise do clima organizacional.

Este trabalho está sendo desenvolvido por meio do projeto denominado de “Bem Estar – Cuidando dos Colaboradores”, de forma a contribuir para melhoria do ambiente de trabalho. O projeto foi dividido nas seguintes etapas:

- a) Sensibilização dos Colaboradores;
- b) Mapeamento das percepções dos colaboradores da Auditoria Interna sobre o ambiente de trabalho, através de uma pesquisa de clima organizacional;
- c) Apresentação dos resultados críticos da pesquisa para os colaboradores da Auditoria Interna;
- d) Proposição de ações de melhoria para a valorização dos colaboradores promovendo um ambiente mais agradável e produtivo; e
- e) Realização das Ações propostas pelo Grupo de Trabalho.

No ano de 2014 o trabalho foi desenvolvido na Auditoria Geral e em 2015 terá continuidade e ainda será expandido para as Auditoria Regionais ainda no primeiro semestre deste ano.

Manual de Auditoria Interna – MAI

Considerando a necessidade de revisão e atualização do manual de Auditoria Interna, com o aprofundamento de alguns conceitos, bem como a atualização de procedimentos e a inserção de novos temas relacionados à atividade de auditoria interna, houve a designação do Grupo de Trabalho, por meio da Portaria nº 30 /AUDGER/INSS, de 2 de junho de 2014 responsável pela revisão de atualização do Manual de Auditoria Interna. Dessa forma, por meio do Despacho Decisório nº 3/AUDGER/INSS, de 15 de dezembro de 2014, formalizou-se a revisão e atualização promovidas no Manual de Auditoria Interna.

12. Considerações Finais

Neste Relatório, apresentamos os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna em função das ações realizadas e na atuação objetivando o aperfeiçoamento dos controles internos, da gestão de riscos e do aperfeiçoamento do processo de melhoria contínua.

Conforme visto, para consolidar o foco de sua atuação orientativa e preventiva e atender às necessidades da Instituição, a Auditoria Interna vem continuamente implementando sua atuação, por meio do aprimoramento qualitativo e consubstancial das ações de auditoria interna, da formação de uma equipe multidisciplinar, do redesenho organizacional da área, do desenvolvimento do sistema informatizado de auditoria e do aprimoramento de técnicas e de métodos de trabalhos.

Vislumbra-se, portanto, que a Auditoria Interna cumpriu devidamente suas competências regimentais, no ano de 2014, ao assistir a organização na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias nos controles internos administrativos e ao elaborar soluções mitigadoras dos riscos identificados, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança corporativa, de modo a assegurar a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação de seus recursos.

Brasília, 30 de janeiro de 2015.

Carlos Roberto Tibério
Coordenador de Planejamento e Avaliação

Adolfo Carlos Resende de Queiróz
Coordenador-Geral de Auditoria em Benefícios
Substituto

Álvaro Paniago Gonçalves
Coordenador-Geral de Auditoria em Gestão Interna

Sueli Aparecida Carvalho Romero
Auditora-Geral

Auditoria-Geral do INSS
Setor de Autarquias Sul, Quadra 02 – Bloco O – 6º andar
Brasília-DF – CEP 70070-946
E-mail: audger@previdencia.gov.br
Tel.: (61) 3313-4587
Fax: (61) 3313-4442
